

A CONSTRUÇÃO DA EUROPA:

HISTÓRIA, MEMÓRIA E MITO
DO EUROPEÍSMO
AO LONGO DE 1000 ANOS



the \mathbb{R}^n space. The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

A Construção da Europa – História, Memória e Mito do Europeísmo ao Longo de 1000 Anos

Descobre os Tesouros Digitais



Sumário

Introdução	6
-------------------------	---

01

O Espírito da Europa

Introdução	9
Fragmentos de Cantigas de Amor Medievais	11
A Influência de Sêneca na Idade Média	13
Comentários sobre as Ideias Humanistas de Erasmo, de Brandano Caxaro	15
Carta de Armas que confirma a nobreza de Miklós Oláh	17
Fornecimento de Ingredientes para o Laboratório de Alquimia de Rudolf II	19
Fragmento de um Manual de Alquimista	21
Licença para imprimir <i>D. Quixote</i> de Miguel de Cervantes	23
Carta de Fundação da Universidade de Nagyszombat	25
Planta do Teatro Manoel em Valletta	27
Fridtjof Nansen: um Pioneiro na Exploração Polar	29
A Fundação da Meteorologia Moderna	31
Testamento de Edvard Munch	33
Álbum de fotografias sobre Zoltán Kodály	35
Desmontagem de Guernica no Museu de Arte Moderna	37

02

A Diversidade da Europa

Introdução	39
Miniaturas Medievais do Manuscrito <i>Beatus de Tábara</i>	41
Runas de mil anos de idade: Beija-me!	43
Uma Carta Régia sobre o Resgate de Cativos Muçulmanos	45
O Pergaminho do <i>Livro de Ester</i>	47
<i>Liber Bullarum</i> da Ordem dos Cavaleiros Hospitalários	49
Censo de 1771 dos Subordinados Otomanos em Eger	51
Mapa manuscrito de Charlottenburg (Saroltavár) em Banat	53
Um Livro Manuscrito do Alfabeto Esloveno-Húngaro	55
Petição <i>Pro Finlândia</i>	57
Exemplo do Alfabeto Maltês proposto pela União dos Escritores em Maltês	59
Ensino da língua Sami	61
Seleção da coleção Romani de Péter Szuhay	63

03

As Múltiplas Faces do Cristianismo

Introdução	65
Fundação do Hospital de São João	67
Um Códice sobre a Peregrinação a Santiago de Compostela	69
Um Comentário Medieval sobre o Apocalipse	71

Carta de Privilégio do Mosteiro de Břevnov	73
O Cálice Sagrado	75
A Bíblia dos Jerónimos: a <i>Vulgata</i>	77
A Missa de Santo Olav	79
Cartas privadas sobre a Dieta dos Augsburgos	81
Um Mapa Cronológico das Viagens de São Paulo	83
Oferta de espionagem aos Impérios Turco e Persa	85
Decreto Régio sobre a caça às bruxas	87
Tese de Antal Pál Draskovich impressa em seda	89
A Sagrada Mão Direita	91
Plano para uma Capela Sepulcral em Malta	93

04

A Herança do Iluminismo

Introdução	95
Carta de István Webőczy sobre a Igualdade de Justiça	97
Uma Carta de Lei relativa aos Escravos Africanos	99
Diploma Maçónico do Cavaleiro de Lincel	101
Abolição da Tortura Emitida pela Rainha Maria Teresa	103
<i>Patente de Tolerância</i> Emitida pelo Imperador José II	105
Carta de D. Gallarati Scotti ao Cardeal De Zeleda	107
Constituição Norueguesa 1814	109
A Abolição da Pena de Morte em Portugal	111
Direito de voto para as mulheres norueguesas	113
O Movimento Pan-Europeu	115

Introdução

Imaginar a Europa: Unidade e Diversidade

Esta exposição conta a história da Europa e a sua construção como um conceito que mudou ao longo do tempo. Criada e moldada pelas pessoas que aí viveram, proporciona também uma identidade coletiva aos seus habitantes.

A Europa mostrou por vezes uma imagem de unidade, por vezes uma de diversidade. Claro que as suas fronteiras geográficas designadas existiram, mas a Europa não tem fronteiras no sentido intelectual. Cada tentativa de traçar uma fronteira era também uma questão de poder e de política naquela época; as que separavam a Europa do Norte e do Sul, ou mesmo as que separavam fortemente a Europa de outras partes do mundo. A história da Europa é também fluída, mudando constantemente ao longo do tempo.

Esta exposição questiona sobre a possibilidade de criar uma perspectiva comum a partir da qual a história europeia possa ser entendida como uma história partilhada por todos os seus habitantes.

O conceito de unidade europeia tem-se manifestado de muitas formas ao longo da história. No período anterior aos estados-nação, aldeias, cidades, formações estatais menores e impérios geraram unidade a nível local, juntamente com diversidade a nível europeu mais amplo. Com a consolidação dos estados europeus, por

exemplo, após a Guerra dos Trinta Anos, os conflitos entre estados e estados-nação posteriores foram muitas vezes resolvidos a nível europeu. Um século XX marcado pela guerra e pelo genocídio representou um fracasso desta tentativa de unidade. O resultado foi um novo ímpeto para a integração europeia após a Segunda Guerra Mundial, consciente de que a violência não o tinha conseguido no passado.

Hoje, uma visão abrangente da Europa exige também que nos confrontemos com uma história de colonialismo, ditadura, exclusão e genocídios. Deve reconhecer as vozes minoritárias e o seu ponto de vista a partir da Europa, juntamente com a contribuição de não-europeus. Desta forma, podemos compreender a diversidade como a base da unidade europeia

Esta exposição, construída sobre documentos agrupados em 4 'pilares', examina a história comum da Europa sob as seguintes rubricas.

1: O Espírito da Europa. A Europa representa uma herança intelectual: escritos, obras de vida e tendências na ciência, na educação e nas artes, e os seus efeitos intelectuais que vão para além das épocas históricas.

2: A diversidade da Europa. A Europa sempre foi caracterizada pela diversidade cultural, religiosa, étnica

e nacional. A incapacidade de reconhecer isto tem sido a causa de muitas tragédias, crimes cometidos por europeus contra europeus.

3: As Múltiplas Faces do Cristianismo. A história do cristianismo na Europa, ao interagir com outras religiões e culturas, ilustra a diversidade de crenças que ajudaram a moldar o europeísmo. Esta história em si mesma pode simbolizar também a diversidade da história europeia: intolerância e tolerância, poder ou rejeição total do poder.

4: O Património do Iluminismo. A herança intelectual do Iluminismo é uma Europa aberta e democrática, colocando a diversidade no centro do europeísmo.

A Europa é história, tradição, uma memória coletiva. Não nos é indiferente a forma como recordamos acontecimentos históricos, apresentando também os

momentos trágicos. Esta exposição pretende mostrar uma construção do europeísmo de forma a que hoje qualquer pessoa – independentemente do nascimento, origem, nacionalidade, religião – se possa identificar com ela, assumindo-a e considerando também as suas próprias identidades como parte do europeísmo.

Os documentos da exposição foram selecionados e organizados pelos técnicos dos arquivos dos países europeus, de acordo com os aspetos e temas que consideraram mais importantes. Uma obra coletiva deste tipo pode dar uma ideia do que os europeus, desta vez arquivistas e historiadores, podem pensar em conjunto sobre o europeísmo. No entanto, os documentos selecionados não só testemunham a história da Europa, mas também, esperamos, proporcionam ao visitante da exposição ou ao leitor do catálogo uma oportunidade para criar a sua própria imagem da Europa e da história europeia...



01

O Espírito da Europa

As fontes neste pilar da exposição representam, entre outras coisas, a influência da Antiguidade na ciência e na educação durante a Idade Média. Além disso, a presença de certos documentos sublinha o papel fundamental que as artes desempenharam em áreas como a nossa compreensão da humanidade e a expressão das nossas emoções.

Pensa-se que a renovação da ciência, do conhecimento e da educação na Europa tenha começado com o escolasticismo no século XII. O estudo dos autores clássicos dos tempos antigos revitalizou a ciência antiga, ilustrando os laços entre culturas antigas e a Europa durante a Idade Média.

Certos períodos da história do desenvolvimento científico são desencadeados por mudanças revolucionárias. O nascimento da ciência moderna na Europa data tradicionalmente de 1543, quando o anatomista Andreas Vesalius publicou o seu livro *De humani corporis fabrica (Do Funcionamento do Corpo Humano)*, e o astrónomo Nicolaus Copernicus publicou *De Revolutionibus Orbium Coelestium (Das Revoluções das Esferas Celestes)*. Estas obras desencadearam uma nova era de conhecimento científico e investigação que culminou com a publicação do livro de Isaac Newton, *Philosophiæ Naturalis Principia Mathematica* em 1687.

A invenção do livro impresso, em meados do século XV, facilitou a rápida difusão deste conhecimento.

Os primeiros livros impressos aqui encontrados são provas do fenómeno rotulado como “revolução científica” que também foi impulsionado por acontecimentos históricos, tais como as descobertas geográficas desde o final do século, a Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica desde o século XVI. As fontes desta exposição refletem também o papel das ciências naturais na construção do conhecimento científico moderno e como as bases das ciências modernas foram construídas nos séculos XVI-XVIII. Este conhecimento foi institucionalizado nas sociedades europeias de muitas maneiras durante os séculos XIX e XX, onde, juntamente com a educação, se tornou fundamental também para o funcionamento dos Estados-nação modernos.

Os documentos aqui apresentados destacam igualmente o impacto que o mundo para além da Europa teve na história do desenvolvimento científico e do conhecimento, tal como traçam a mudança da nossa compreensão através da mera imitação do mundo à nossa volta para uma recriação consciente desse mundo. Documentos como o testamento de Munch ou a história da pintura de Picasso, *Guernica* sublinham como os artistas modernos viam o seu papel na sociedade e as suas responsabilidades morais a esse respeito.

Fragmentos de Cantigas de Amor Medievais

O Pergaminho Sharrer oferece-nos uma visão de como as pessoas da Idade Média experimentaram e expressaram as suas emoções.

É um fragmento de pergaminho que contém sete cantigas de amor da passagem do século XIII para o XIV. O autor, Rei Dinis I de Portugal - que governou de 1279 a 1325 - é também conhecido como um poeta que deu um contributo significativo para o desenvolvimento da língua literária portuguesa. As suas sete cantigas são escritas em língua galaico-portuguesa utilizando letra gótica e com notação musical.

Originalmente, como fazendo parte de um cancioneiro, o documento, o texto e a música foram escritos em três colunas, uma raridade para a época. As cantigas de amor começam com estas frases: “*Porquê, Deus, meu amigo, tu queres fazer*”; “*A esse estado leva-me,*

senhor”; “*O que nunca me interessou dizer-te*”; “*Que grande prazer tenho, senhor*”; “*Senhor, não posso estimar*”; “*Não sei como o meu mestre me salva*”; “*Amigos que eu queria, e eu quero e vou querer*”.

Embora o texto e notação musical estejam preservados em fragmentos, continua a ser um documento importante, sendo o único documento medieval conhecido que contém melodias profanas (não religiosas) portuguesas. Os exemplos eclesiásticos da época também carecem de notação musical, com exceção das “*Cantigas de Santa Maria*”.

O fragmento recebeu o nome de um estudioso americano, Harvey L. Sharrer, que o descobriu em 1990 enquanto investigava fontes no Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa. Este documento histórico serviu de capa para um livro do Cartório Notarial de Lisboa, razão pela qual foi preservado no arquivo.

Notação musical de D. Dinis: fragmentos de sete cantigas de amor, 1280 / 1320

2 fragmentos, pergaminho; 51x30 cm

Portugal – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de referência: PT/TT/FRA/20.01/02



A Influência de Sêneca na Idade Média

Este manuscrito contém um corpo de trabalho associado a Sêneca. É importante porque Sêneca, o Jovem (4 AC - 65 DC aprox.) é uma das maiores figuras da história intelectual europeia. Lucius Annaeus Seneca, de seu nome completo, foi um famoso defensor do estoicismo romano, uma filosofia que entre outras coisas nos ensina a aceitar a vida tal como ela se apresenta.

Nascido em Corduba, na Hispânia, Sêneca cresceu em Roma, onde estudou retórica e filosofia. Em 41 D.C., o imperador Claudius exilou Sêneca para a ilha de Córsega, mas regressou em 49 para se tornar conselheiro de Nero - um dos mais tirânicos imperadores da história do Império Romano. Foi Nero quem ordenou a Sêneca que se suicidasse em 65 D.C., o que ele fez cortando as veias.

O manuscrito começa com *Controversiae*, o Ancião, um reconhecido escritor romano que também era conhecido

como o Retórico. Seguem-se as obras de Sêneca o Jovem – *Naturales quaestiones* (Questões Naturais), *De beneficiis* (Sobre Benefícios) e *Dialogorum libri XII* (Um Diálogo). Inclui também duas obras falsamente atribuídas a Sêneca, *Proverbia* (Provérbios) e *De moribus* (Sobre a Moral).

O manuscrito inclui uma representação do seu autor em vestes romanas, lendo ao lado de uma livraria aberta. O marcado classicismo desta imagem levou alguns autores a concluir que se tratava de uma cópia do original dos séculos V ou VI; outros enfatizaram o seu estilo bizantino, deduzindo uma origem napolitana ou siciliana. No entanto, parece mais provável que este manuscrito tenha origem catalã.

Obras de Sêneca, Século XIV

242 folhas (2 col., 31-36 lín.), manuscrito sobre papel; 34,3 x 25 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo da Coroa de Aragão

Código de referência: ES.08019.ACA/3.38.3.-1//ACA,COLECCIONES,Manuscritos,Sant Cugat,11



Comentários sobre as Ideias Humanistas de Erasmo, de Brandano Caxaro

O autor deste documento, o Notário Don Brandano Caxaro (1508-1565) foi um padre que praticou, ensinou e divulgou ideias reformista em Malta. Tal como outros na ilha, foi influenciado pela chegada dos Cavaleiros de São João a Malta em 1530, o que deu início a uma era de novas ideias, costumes e tradições, originando um ambiente cosmopolita.

O impacto no Notário Caxaro pode ser visto nos seus registos notariais, onde insere frases de obras reformistas, incluindo *Colloquia* de Erasmo, o erudito humanista holandês (1466-1536). Os livros de Erasmo, e mais particularmente os *Colloquia*, foram inicialmente utilizados como instrumentos de aprendizagem para os alunos de Erasmo no final do século XV. Até ao ano 1533, foram publicadas doze novas edições, com um número total que acabou por atingir cinquenta. Segundo depoimentos de testemunhas nas investigações da Inquisição, Malta esteve envolvida nesta divulgação de conhecimentos; tais testemunhas confirmam que

estes livros foram lidos em escolas de gramática e discutidos em reuniões secretas. Um novo tipo de espiritualidade que pretendia aproximar o homem e Deus através da filosofia de Cristo, emergiu destes livros.

Como referido anteriormente acima, tiveram certamente uma influência no Notário Caxaro. Uma entrada intrigante é encontrada no volume do ano 1541 em que o Notário Caxaro escreve: "*Amaracus ait abstine sus non tibi spiro*", que se traduz "*a manjerona diz: 'não semeies mais, o meu perfume não é para ti'*".

As suas atividades reformistas não passaram despercebidas e ele acabou por ter de comparecer por duas vezes perante o tribunal da Inquisição. Em 1563 Caxaro foi considerado culpado de difundir doutrinas heréticas e foi despojado da maioria dos seus privilégios. Foi também proibido de exercer as suas funções como padre e notário.

Citações de Erasmo, Brandano Caxaro, 02-09-1541, Malta

1 folha, manuscrito sobre papel; 35 x 25 cm

Arquivos Notariais de Malta

Código de referência: NAV R175 Notary Brandano Caxaro



Carta de Armas a Miklós Oláh confirmando a sua nobreza 23-11-1548, Bratislava (Hungria: Pozsony) (Eslováquia)

Carta única em pergaminho com selo de cera suspenso; tamanho da carta: 81 x 49,5 cm, largura da plica: 10,5 cm, diâmetro do selo: 14 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de referência: HU-MNL-OL – P 108 – 2. et 3. – Fasc. K – № 162

Carta de Armas que confirma a nobreza de Miklós Oláh

O documento é uma carta em pergaminho de 1548 confirmando a nobreza do húngaro Miklós Oláh, Bispo de Eger, conselheiro e secretário da Real Chancelaria, e dos seus familiares. A concessão também atribui o brasão de armas à família Oláh.

Miklós Oláh (Nicolaus Olahus, 1493-1568) viveu na Hungria e foi criado na corte de Jagiellon Vladislaus II da Hungria, iniciando a sua carreira eclesiástica em 1516. Em 1526, tornou-se secretário de Luís II, Rei da Hungria.

Após a derrota das forças húngaras pelos exércitos do Império Otomano na Batalha de Mohács em 1526, Oláh seguiu a sua rainha viúva, Maria Habsburgo para os Países Baixos (Holanda), quando ela se tornou governadora do território em 1531. Durante estes anos, tornou-se correspondente de Erasmo de Roterdão, o famoso académico e humanista. A batalha de Mohács marcou o fim do reinado da dinastia Jagielloniana na Hungria e na Boémia. Em 1526, após a morte do seu cunhado, Rei Luís II da Boémia e da Hungria, Fernando de Habsburgo reivindicou ambos os domínios. Tomou posse da Boémia sem dificuldade mas enfrentou um rival, János Zápolya (Szapolyai) na Hungria. Como resultado, a Hungria permaneceu dividida entre eles e o Império Otomano.

Fernando I (também Sagrado Imperador Romano entre 1558 e 1564) tentou converter as coroas eleitas da Boémia e da Hungria em possessões hereditárias

da casa dos Habsburgos. Mandou regressar Oláh à Hungria em 1542, tendo-se tornado o primeiro chanceler no ano seguinte. Como membro da Igreja Católica, tornou-se bispo de Zagreb (hoje: Croácia), depois bispo de Eger e, a partir de 1553, arcebispo de Esztergom, Primaz da Hungria. Apoiou os Habsburgos durante toda a sua vida.

A carta, dada a Miklós Oláh por Fernando I, é altamente ornamentada. Várias plantas decorativas e miniaturas podem ser vistas ao longo das margens, mostrando a paisagem e as pessoas mencionadas no texto. No canto superior esquerdo da carta, encontra-se uma imagem da união entre as casas reais dos Habsburgos e Jagiellon, em 1516. As miniaturas do lado esquerdo do pergaminho mostram Carlos V, Santo Imperador Romano e Vladislau II, Rei da Hungria. As duas miniaturas seguintes representam Luís II, Rei da Hungria e sua esposa, Rainha Maria dos Habsburgos. As duas miniaturas seguintes retratam Fernando I, Rei da Hungria e a sua esposa, Anna Jagellonica, e abaixo estão as miniaturas dos Arquiducos Maximiliano e Fernando, assim como da Grã-Duquesa Joana. No topo, encontram-se as miniaturas de Miklós Oláh a rezar e dos seus familiares, Máté, Orsolya e Ilona Oláh. O brasão de armas de Oláh forma um unicórnio. Na linha horizontal, entre as miniaturas de Vladislaus II e a figura do bispo orante, encontra-se o brasão pessoal de Miklós Oláh com uma mitra de bispo.

Vezzi do Sr. Leonardo Vitini
 54
 16 Junho 1610

Exposse gozo me d'hy. N. N. Voztuzji
 p'p'itely mily. Vozte ze goft S. de E
 q'ly m'ly, ab je go neyrtinegi moxue
 taze bily g' h'omene Jee M'fester f'f'f'f'f'
 fladulo a neprodleme na f'f'f'f'f'f'f'
 es Laboratorian. Voz goft Jee ob.
 Voztuzji zabileri q'nti raji, k'p'adecni
 odhozomulo. P'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 S. N. E. p'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 mud l'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 nis a f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 fo J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 mofici) ofli a p'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 g'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 maly a f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 d'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'

S. N. E. Voztuzji Moxo
 Moxa f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 In f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 Voztuzji Moxa f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 J'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'
 Moxa f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'f'



Fornecimento de Ingredientes para o Laboratório de Alquimia de Rudolf II

Este documento detalha alguns dos ingredientes utilizados na prática da alquimia, incluindo víboras, rosas e musgo dos ossos encontrados à volta das forcas.

Rudolf II de Habsburgo (1552-1612) era Santo Imperador Romano, Rei da Hungria, Croácia e Boémia e Arquiduque da Áustria. Foi um forte apoiante das artes, assim como da astrologia e da alquimia, que foram consideradas como metodologias científicas correntes durante o período da Renascença.

Os alquimistas mais famosos da Europa como Edward Kelley ou John Dee foram convidados a trabalhar no laboratório alquímico do Imperador no Castelo de Praga, onde vivia. Outros cientistas notáveis frequentavam a corte de Rudolf II, tais como o filósofo Giordano Bruno e o astrónomo John Kepler. Graças ao apoio do imperador,

Kepler desenvolveu as suas famosas três leis do movimento planetário e uma série de outras invenções científicas ligadas à corte de Rudolf II em Praga.

As necessidades financeiras e materiais do laboratório de Rudolf II eram administradas pelo Departamento Boémio da Câmara do Tribunal. Como mostram os documentos de 1580-1611, a Câmara da Boémia enviou pedidos aos vereadores e oficiais distritais das terras da Boémia para o fornecimento de ingredientes para o laboratório alquímico. Estes incluíam víboras, musgo de ossos encontrados à volta das forcas, scorzoneras, rosas e droseras (*ros solis*). Os ingredientes foram utilizados pelos alquimistas para a criação de vários medicamentos, incluindo a água da vida (*aqua vitae*), que era considerada um remédio poderoso, bem como um componente chave na produção de whisky e brandy.

Fornecimento de Ingredientes para o Laboratório de Alquimia de Rudolf II, 1580–1611, Praga (República Checa), data e local da página escolhida: 16-01-1608, Praga (República Checa)

1 pasta com 6 páginas, manuscrito sobre papel; 32 x 22 cm

Arquivos Nacionais da República Checa

Código de referência: NA, SM, P 118/14



Fragmento de um Manual de Alquimista, Séculos XVI-XVII

2 páginas, fragmento de um livro de papel, manuscrito com ilustrações; 21,5 x 31 cm

Arquivos do Condado de Győr-Moson-Sopron nos Arquivos Nacionais da Hungria

Código de referência: HU-MNL-GYMSMSL – XV – 89. – № 42.

Fragmento de um Manual de Alquimista

Este documento dá-nos uma visão sobre a ciência da alquimia durante os séculos XVI e XVII.

Os alquimistas trabalhavam para purificar e criar certos materiais, especialmente metais mais raros, como o ouro. A prática existiu em toda a Europa, no mundo muçulmano, no Extremo Oriente e no subcontinente indiano. Como mostra outro documento desta exposição, Rudolf II, Santo Imperador Romano também se interessou pela alquimia, e patrocinou alquimistas na sua corte em Praga durante os finais do século XVI.

A alquimia floresceu como uma ciência popular durante mais de duzentos anos, tendo a sua popularidade atingido o seu auge no século XVIII, quando surgiu uma distinção entre alquimia e o termo mais científico, química. Por esta altura, a alquimia centrava-se mais sobre o fabrico de ouro.

Dito isto, as ciências modernas, como a química, a física e a medicina, também adotaram os resultados dos alquimistas ao desenvolverem técnicas laboratoriais básicas, métodos experimentais, teoria e terminologia. A alquimia também influenciou a evolução da ciência e da filosofia em geral e figurou na história das sociedades místicas e secretas. A sua história também destaca as ligações intelectuais entre a Europa e outras partes do mundo antes da modernidade.

Este documento foi escrito em língua alemã no Noroeste da Hungria durante os séculos XVI-XVII. É um fragmento de um manuscrito alquimista (restam apenas seis páginas) com origem desconhecida. Vale a pena notar que obras anónimas ou pseudepígrafas (onde o verdadeiro autor era desconhecido) eram comuns na área da alquimia, uma vez que era frequentemente considerada como uma atividade secreta.

Miguel de Cervantes

Miguel de Cervantes digo juez e
compuesto vn libro intitulado el in
genioso hidalgo de la Mancha del qual
hago presentacion A V. M. A. Pido
que sea servido de dar me licencia
y privilegio para inprimir e porre in
caños atento al mucho estudio y tra
vajo que en componer el dicho libro e
gastado y ser de lectura aya de auer
y grande ingenio que nello se aviere
y tambien merced y para ello se

Miguel de Cervantes

A. J. N.
COMILOS
EX. 1157

Prado
L. 14. 22E-107

Licença para imprimir *D. Quixote* de Miguel de Cervantes

Dom Quixote é uma obra literária pioneira de Miguel de Cervantes, considerada por muitos como o primeiro romance moderno. Publicado em dois volumes entre 1605 e 1615, narra as aventuras de um nobre de La Mancha, em Espanha, que lê romances cavaleirescos e se imagina a viver no mundo dos romances como um cavaleiro-errante.

Este documento mostra os desafios administrativos apresentados quando se tentou publicar no início do século XVII. Contém, entre outros documentos, o pedido de Miguel de Cervantes para uma licença e privilégio de impressão do manuscrito intitulado *El Ingenioso Hidalgo de la Mancha*, durante 20 anos. Preserva também as notas do autor sobre as razões pelas quais acredita que é apropriado para publicação, enfatizando a importância do tema.

O manuscrito foi finalmente publicado como *El ingenioso hidalgo: Don Quijote de la Mancha* (*O Engenhoso Fidalgo: Don Quixote de La Mancha*). Vale a pena notar que não havia garantias de que uma licença seria concedida e devemos considerar-nos com sorte que um clássico tão influente alguma vez tenha visto a luz do dia.

Cervantes teve um efeito profundo na literatura espanhola, bem como na literatura mundial - de facto, o espanhol é por vezes também referido como a língua de Cervantes. Não que a publicação tenha tido um grande impacto durante a sua vida. Cervantes (1547-1616) passou quase toda a sua vida na pobreza e na obscuridade. Cabe-nos a nós apreciar a sua genialidade.

Pedido de licença e privilégio de impressão de D. Quixote, de Miguel de Cervantes. 1604 / 11-09-1604, Valladolid (Espanha)

1 folha de fólio, manuscrito sobre papel; 31 cm x 22 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo Histórico Nacional

Código de referência: ES.28079.AHN/5.1.13//CONSEJOS, Doc.1159



Carta de Fundação da Universidade de Nagyszombat, 12-05-1635, Bratislava (Hungria: Pozsony) (Eslováquia)

Carta única em pergaminho com selo de cera suspenso; tamanho da carta: 67,2 x 40 cm, diâmetro do selo: 8,5 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de referência: HU-MNL-OL – E 152 – Registrata – Collegium Tyrnaviense – Fasc. 8. – № 26

Carta de Fundação da Universidade de Nagyszombat

As universidades apareceram pela primeira vez em toda a Europa durante a Alta Idade Média. As primeiras foram a Universidade de Bolonha, a Universidade de Paris e a Universidade de Oxford, que está em funcionamento desde o século XI.

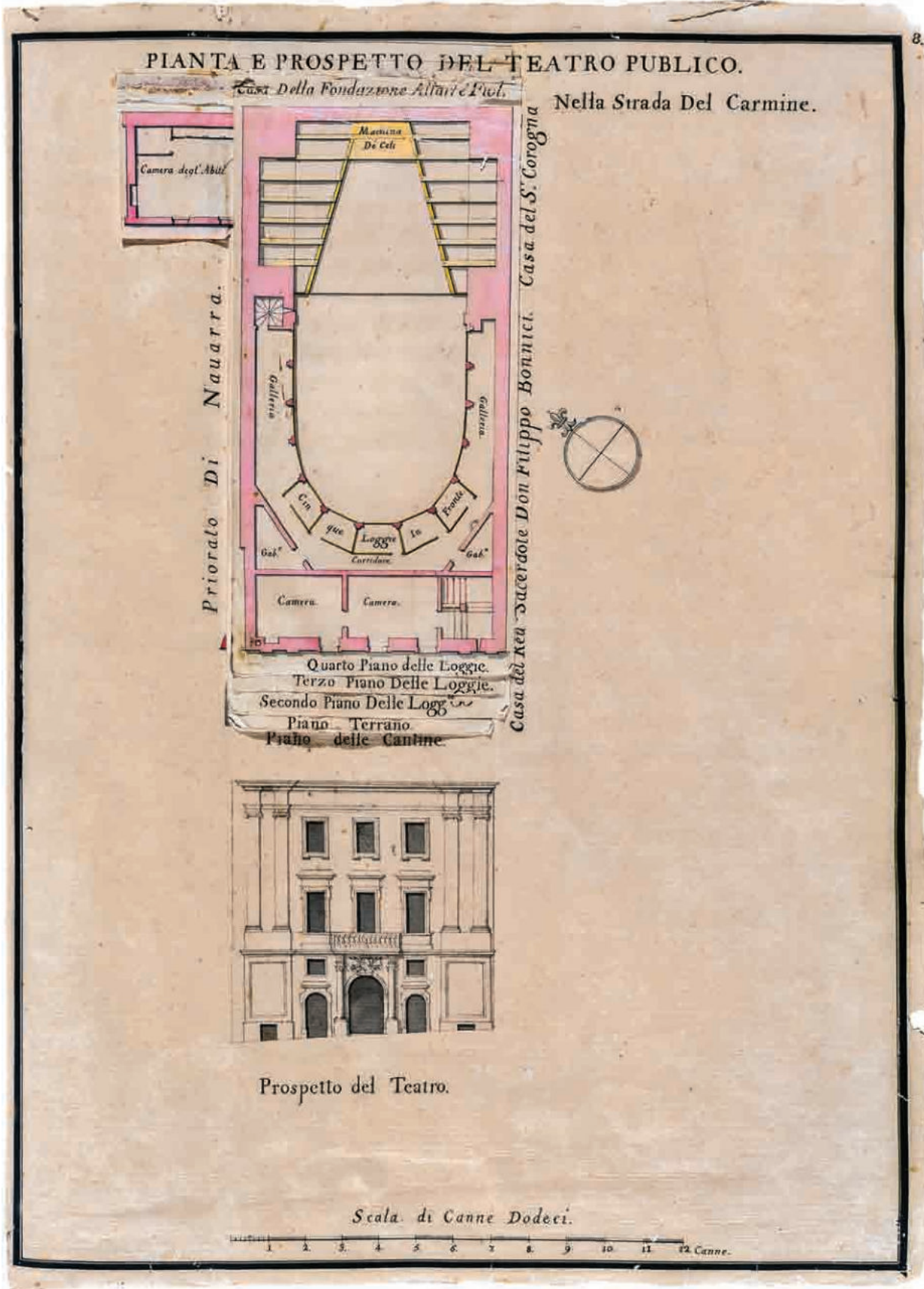
As primeiras Universidades fundadas no Reino Húngaro durante a Idade Média - Pécs, Esztergom - não duraram muito tempo. A Universidade de Nagyszombat (atualmente: Trnava, Eslováquia) é a mais antiga universidade húngara ainda hoje em funcionamento. É a precursora da atual Universidade Eötvös Loránd em Budapeste, a mais prestigiada universidade húngara.

Foi fundada por Péter Pázmány, Cardeal Arcebispo de Esztergom, em 1635. Pázmány (1570-1637) nasceu protestante em Oradea (húngaro: Nagyvárad, é hoje uma cidade na Roménia), no Principado da Transilvânia. Foi o líder da renovação católica na Hungria, um dos autores significativos da ficção barroca húngara.

A sua renovação baseou-se na lenta conversão dos crentes juntamente com o reforço das instituições católicas, em contraste com a violência que se foi

generalizando durante essa época. Um importante político da sua época, representou os interesses da Hungria mesmo contra a cúria papal e o Tribunal de Viena. Como arcebispo, Péter Pázmány fundou institutos para a educação de padres. Fundou o *Pazmaneum* em Viena para reforçar a educação dos padres na Hungria. Estes sacerdotes começaram a trabalhar para a população do Reino Húngaro e dos territórios ocupados sob o domínio otomano. A educação oferecida seguia o método jesuíta, considerado como o mais alto padrão da época. (Pázmány era jesuíta, licenciado pela Universidade de Graz).

No início, a universidade tipicamente jesuíta de Nagyszombat tinha uma faculdade de humanidades e teologia, com o direito de conceder graus científicos. Uma faculdade de direito foi acrescentada em 1667, seguida de medicina em 1769, tornando-se assim uma universidade inteiramente estruturada e clássica. Após o fim da sua ligação com a ordem jesuíta - como tinha sido previsto pelo fundador -, a universidade foi transferida para Buda em 1777, depois para Pest em 1784, onde permanece até hoje.



Planta do Teatro Manoel em Valletta

O Cabreo Vilhena é um volume de plantas que pertence à Biblioteca Nacional de Malta, relativo ao Teatro Manoel (O Manoel) em Valletta. É considerado o terceiro teatro mais antigo da Europa ainda hoje em funcionamento, e o mais antigo das Nações da Commonwealth.

O seu desenvolvimento dá-nos uma visão da história arquitetónica de Malta do século XVII, juntamente com a vida cultural na ilha e em toda a Europa.

O Grão-Mestre Português da Ordem de São João, Fra. António Manoel de Vilhena (1663-1736) financiou pessoalmente a construção do edifício em 1731, para servir de teatro público, “*para a recreação honesta do povo.*” Antes da construção, o Grande Mestre comprou duas casas ao Priorado de Navarra, com uma fachada no que é hoje a Rua do Antigo Teatro.

As plantas mostram que a forma original do auditório do teatro era em U, por oposição à forma ovóide (ovo) que hoje apresenta. O teatro era também inferior ao atual,

e tinha menos camarotes, 39 em comparação com os atuais 67.

O primeiro espetáculo encenado no *Teatro Pubblico* foi a tragédia clássica de Scipione Maffei *Merope*, a 9 de Janeiro de 1732. Os atores dessa produção foram os próprios Cavaleiros, e o cenário foi concebido pelo arquiteto militar chefe dos Cavaleiros, François Mondion. o seu nome foi alterado para Teatro Reale, ou Teatro Royal, em 1812, e rebaptizado Teatro Manoel, em homenagem ao Grão- Mestre fundador, em 1866.

Quanto às plantas em si, o Cabreo é um termo derivado do *capbreu* ou do *brevium* latino *capi brevium*. Pode ser definido como um inventário dos bens móveis e imóveis pertencentes, neste caso, à Ordem de São João. O termo foi adotado pela Ordem de São João para designar uma coleção de registos constituída por um levantamento escrito e desenhado de terrenos e propriedades.

Mapa e Brochura do Teatro Público (Plano do Teatro Manoel em Valletta, na Cabreo Vilhena), 1736, Valletta (Malta)

1 folha, com 5 pequenas abas anexadas, manuscrito sobre papel; 57 x 30 cm

Biblioteca Nacional de Malta

Código de referência: NLM Treas. B 310



Fotos da expedição Polar de Fridtjof Nansen, 12-07-1894, Oceano Ártico

4 fotografias a preto e branco; 27 x 21 cm

Biblioteca Nacional da Noruega

Código de referência: no-nb_bldsa_3c060 – q3c024

Fridtjof Nansen: um Pioneiro na Exploração Polar

As fotos documentam a famosa Expedição Fram, de Fridtjof Nansen entre os anos 1893 e 1896. Oferecem uma amostra da vida quotidiana da expedição e revelam as investigações científicas que ele levou a cabo.

Com formação em zoologia, Fridtjof Nansen (1861-1930) iniciou a sua carreira científica com a investigação sobre o sistema nervoso central das criaturas marinhas inferiores. Enquanto Santiago Ramon y Cajal ganhou o Prémio Nobel da Medicina de 1906 pela sua investigação sobre o mesmo assunto, a prioridade técnica para a teoria é atribuída a Nansen.

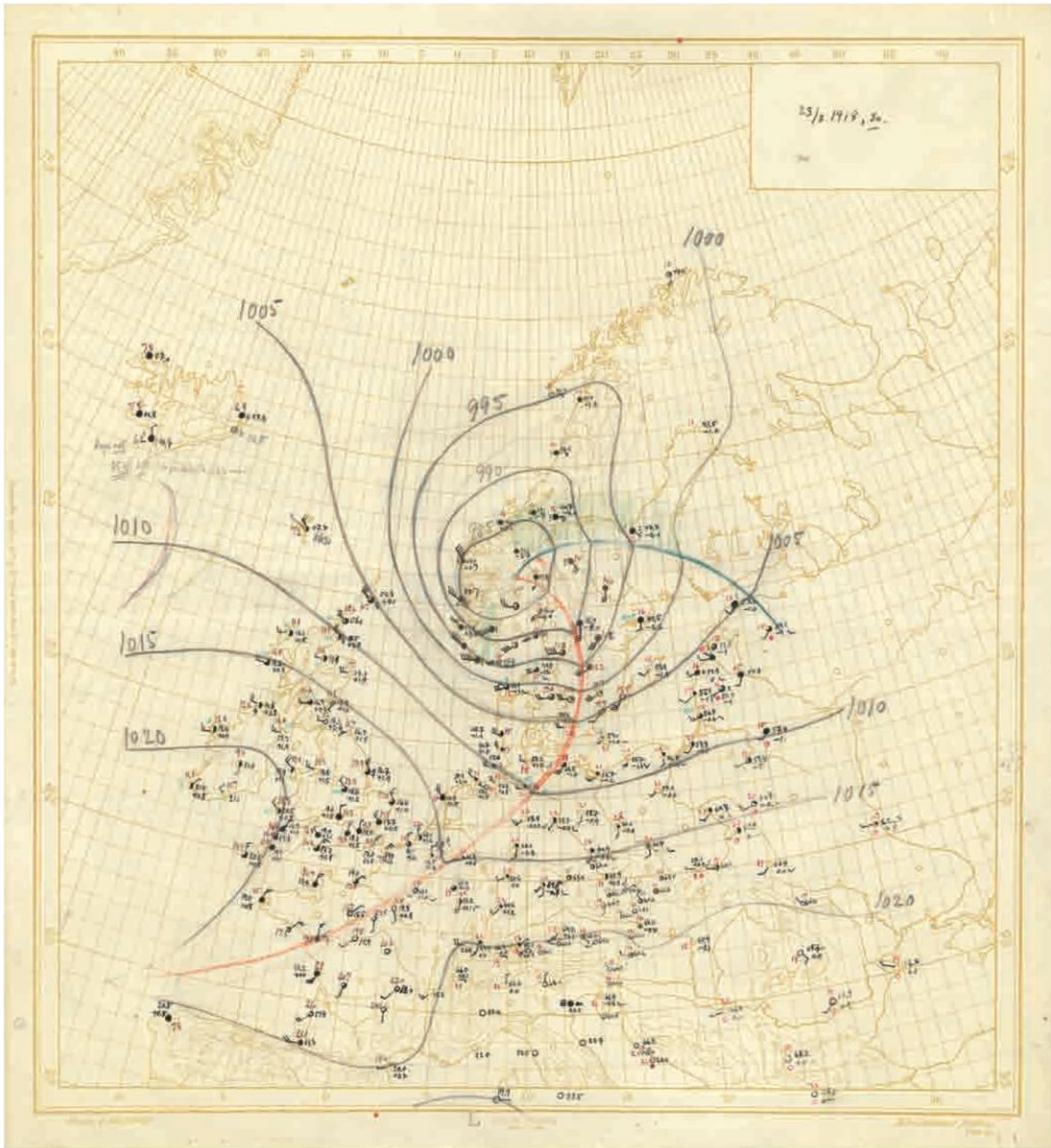
Liderou a equipa que fez a primeira travessia pelo interior da Gronelândia em 1888, atravessando a ilha em esquis transversais, antes de ganhar fama internacional como explorador polar quando atingiu a latitude norte de 86°14' com a sua expedição Fram. O seu objetivo era atravessar o gelo sobre o Pólo Norte, explorando a hipótese de que o gelo polar estava em movimento desde a Sibéria, sobre o Oceano Ártico, até à Gronelândia. Na altura, não se sabia muito sobre as regiões polares, pois ninguém tinha estado tão a norte.

Era apenas mar e gelo, ou havia terra desconhecida a norte? A que velocidade se movimentou o gelo sobre a piscina polar, se é que tal sucedeu? Qual era a espessura do gelo? Quão fria era a temperatura do ar e da água? Nansen começou a responder a estas questões e outras mais na sua Expedição Fram, tentando alcançar o Pólo

Norte aproveitando a corrente natural este-oeste do Oceano Ártico.

O navio, Fram, foi construído pelo engenheiro naval Colin Archer. Era um navio extraordinariamente robusto com um intrincado sistema de vigas cruzadas e suportes, de madeira do carvalho mais resistente. O seu casco arredondado foi concebido para impulsionar o navio para cima, quando rodeado de gelo. Face ao grande desânimo de outros exploradores polares, Nansen levou o Fram para as Ilhas Nova Siberianas no Oceano Ártico Oriental, deixou-o congelar no gelo compacto, e esperou que a deriva o levasse em direção ao pólo. Impaciente com a velocidade lenta e o carácter errático da deriva, Nansen e um companheiro deixaram o navio após 18 meses com uma equipa de cães e trenós e encaminharam-se para o pólo. Não chegaram a alcançá-lo, mas alcançaram um recorde de latitude norte de 86°13.6' N antes de fazerem uma longa retirada sobre gelo e água até terra segura. Entretanto, o Fram continuou à deriva para oeste, emergindo finalmente no Oceano Atlântico Norte.

As observações científicas realizadas durante este período contribuíram significativamente para uma nova disciplina, a oceanografia, que posteriormente se tornou o foco principal do trabalho científico de Nansen. No decurso da sua investigação, realizou muitos cruzeiros científicos, principalmente no Atlântico Norte, e contribuiu para o desenvolvimento do equipamento oceanográfico moderno.



Mapas meteorológicos, 23-08-1918, Bergen (Noruega)

Mapa em papel; 56,4 x 62,5 cm

Arquivos Nacionais da Noruega - Arquivo Regional do Estado de Bergen

Código de referência: Instituto de Meteorologia Norueguês, Divisão de previsões Bergen

A Fundação da Meteorologia Moderna

A 1 de Fevereiro de 1919 Jack (Jacob) Bjerknes publicou “*Sobre a Estrutura dos Ciclones em Movimento nas Publicações Geofísicas*”; este é considerado o fundamento das previsões meteorológicas modernas e um momento chave para a Escola de Meteorologia de Bergen.

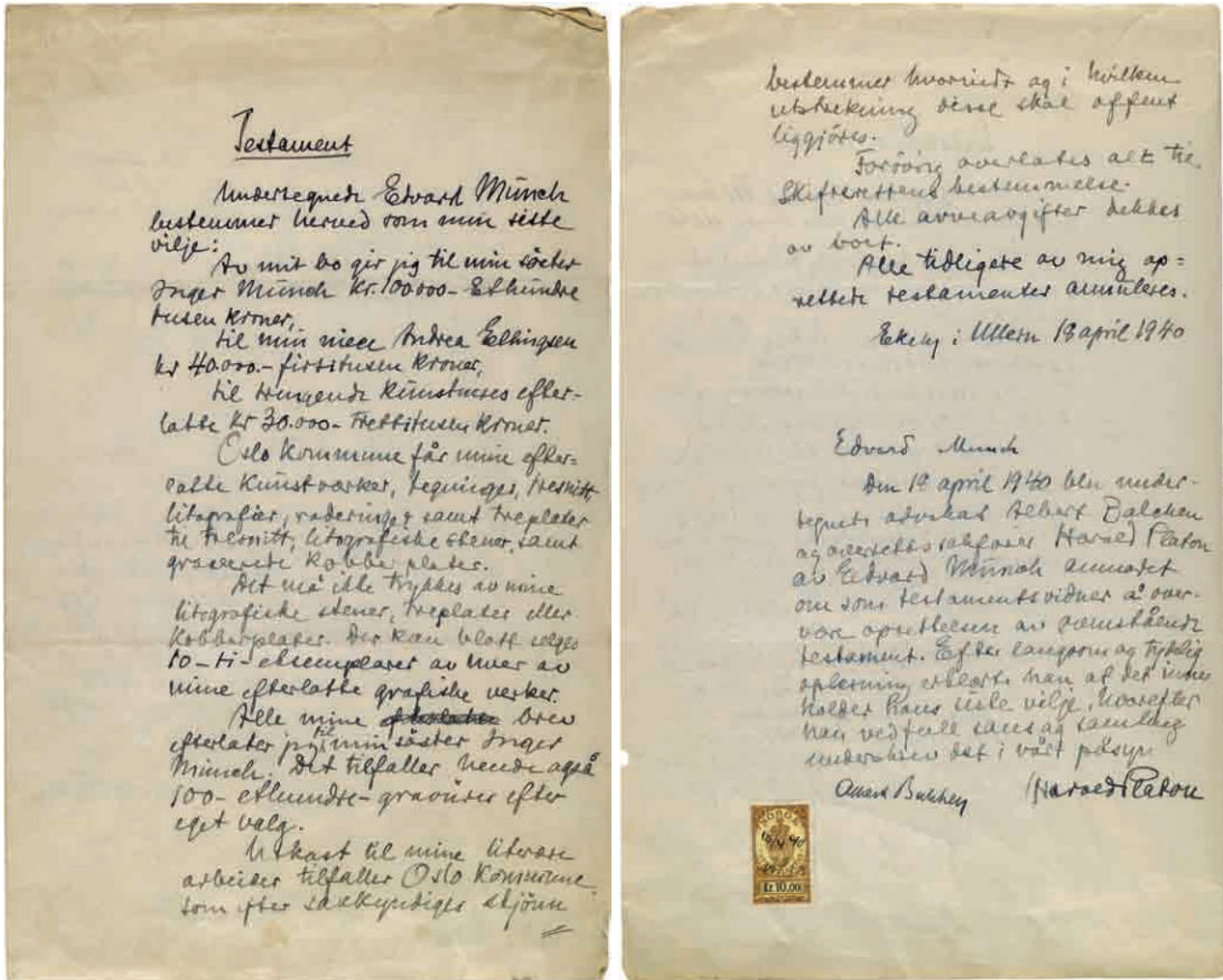
O documento exposto, um mapa meteorológico, foi realizado pela Escola Bergen no período pioneiro da meteorologia. Mostra a situação meteorológica a 23 de Agosto de 1918 na região sul da Noruega.

A Escola de Meteorologia de Bergen é considerada como o local de nascimento das previsões meteorológicas modernas. Foi fundada pelo meteorologista Vilhelm Bjerknes (1862-1951) e pelos seus colegas mais novos em 1917. A Escola de Meteorologia de Bergen tentou definir o movimento da atmosfera usando a matemática das interações entre hidrodinâmica e termodinâmica.

Parte disto tinha sido originalmente descoberto pelo próprio Bjerknes, o que tornou possíveis previsões matemáticas através do uso da análise sistemática de dados. Muito do trabalho sobre este assunto foi realizado no Instituto Geofísico da Universidade de Bergen, na Noruega.

A Escola Bergen foi crucial no desenvolvimento inicial e implementação da previsão numérica do tempo nas décadas de 1940 e 1950, que foi em grande parte uma cooperação entre investigadores escandinavos e norte-americanos. Foram utilizados computadores para efetuar o vasto número de cálculos necessários para previsões viáveis e credíveis.

Esta cooperação transatlântica foi também importante para o desenvolvimento da Escola Bergen, assinalando um papel fundamental para a comunidade meteorológica norueguesa na história da meteorologia moderna.



Testamento de Edvard Munch, 23-02-1948, Oslo (Noruega)

1 folha, manuscrito sobre papel; 24 x 33 cm

Arquivos Nacionais da Noruega - Arquivo Regional do Estado de Oslo

Código de referência: SAO/A-10383, Id 4-5, estate no.21/1944

Testamento de Edvard Munch



Edvard Munch (1863-1944) é um dos mais significativos artistas do Modernismo, mundialmente conhecido pela sua pintura *O Grito*. O documento aqui apresentado é o seu testamento, feito em 1940.

Artisticamente, Munch afastou-se do naturalismo e de um registo exato dos objectos, procurando em vez disso representações pessoais para expressar a vida mental do homem moderno. Influenciado pelo movimento simbolista, Munch tornou-se mais tarde um pioneiro da arte expressionista.

No seu testamento de 18 de Abril de 1940 deixou a maioria das suas obras à Cidade de Oslo: 1.100 pinturas, 18.000 trabalhos gráficos, 4.500 aguarelas e desenhos, seis esculturas, inúmeras cartas e outra correspondência.

Este testamento, que anulou todos os testamentos anteriores, foi redigido apenas nove dias após as tropas nazis terem invadido a Noruega, e estipulava: *“O Município de Oslo herda as minhas restantes obras de arte, desenhos, xilogravuras, litografias, gravuras em baixo relevo para impressão, juntamente com os blocos de xilogravura, pedras litográficas, e as placas de cobre gravadas. As impressões não devem ser retiradas das minhas pedras litográficas, blocos de madeira ou placas de cobre gravadas. Apenas 10 - dez - impressões de cada uma das minhas restantes obras gráficas podem ser vendidas”*.

No testamento, ele explica como a sua fortuna, obras de arte e obras literárias devem ser distribuídas e geridas. Levou à criação do Museu Munch em Oslo, um museu nacional de arte que foi finalmente inaugurado em 1963.



Álbum de fotografias sobre Zoltán Kodály

Zoltán Kodály (1882-1967) foi um compositor húngaro, musicólogo, professor de música, investigador de música popular e criador do método Kodály, que foi inscrito como Património Cultural Imaterial da UNESCO em 2016.

A fotografia mostra-o num ensaio musical; faz parte de um álbum de fotografias que foi compilado a partir de uma série de eventos para assinalar o seu 80º aniversário em 1962.

Zoltán Kodály começou a tocar violino numa idade precoce, aprendendo termos musicais básicos com o seu pai, um músico amador talentoso. Desde 1900, estudou composição com Hans von Koessler na Academia de Música Franz Liszt em Budapeste, obtendo o seu doutoramento com uma dissertação sobre construção estrófica na canção popular húngara. Juntamente com o ensino na Academia, pesquisou canções populares na Hungria, juntamente com o seu amigo Béla Bartók, o outro famoso compositor húngaro da época.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Kodály foi assistente musical de Béla Bartók no Ministério da Guerra Austro-

Húngaro, dirigindo o departamento de música do quartel da imprensa de guerra em Budapeste, juntamente com o maestro e compositor Bernhard Paumgartner, que desempenhou a mesma função em Viena.

Em 1923 compôs uma das suas obras mais famosas, o *Psalmus Hungaricus*, a pedido do Conselho Metropolitano de Budapeste. Assinalou o 50º aniversário da unificação da capital húngara, Budapeste, de três antigas cidades - Pest, Buda e Óbuda.

Quando o governo da Hungria aprovou as “leis judaicas” em 1938, Kodály juntou-se a importantes intelectuais e artistas húngaros para assinar uma carta de protesto contra as leis. Após a Segunda Guerra Mundial, assumiu a presidência do Conselho de Arte Húngaro, assumindo também o papel de presidente do Conselho Internacional de Música Folclórica (CIMF) em 1963.

Um dos seus maiores êxitos foi o desenvolvimento do método Kodály, mencionado acima, que aproveitando a musicalidade natural das crianças, proporciona-lhes o gosto pelo desempenho musical. Este método tem sido desde então utilizado no ensino em todo o mundo.

Excerto de um álbum de fotografias sobre Zoltán Kodály compilado pela Associação de Artistas Húngaros de Música, 1960 / 1962, Budapeste (Hungria)

4 fotografias a preto e branco de um álbum contendo 45 fotografias; tamanho do álbum: 32 x 35 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de referência: HU-MNL-OL – P 2146 – 104 – Nº 15



Fotografias do processo de desmontagem de *Guernica* no Museu de Arte Moderna (MOMA, Nova Iorque) e sua posterior instalação no Casón del Buen Retiro (Madrid), 10-09-1981 / 12-09-1981, Madrid (Espanha)

1 fotografia a preto e branco de uma coleção de 29 fotografias em papel; 25,5 x 20 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo Histórico Nacional

Código de referência: ES.28079.AHN/2.3.1.6.1.2//FC-Mº_CULTURA,8,N.16

Desmontagem de *Guernica* no Museu de Arte Moderna

Guernica é um dos quadros mais famosos de Pablo Picasso (1881-1973). Data da guerra civil espanhola, quando forças republicanas compostas por comunistas, socialistas, anarquistas e outros lutaram contra as forças nacionalistas de direita lideradas pelo General Francisco Franco.

Guernica, uma cidade do País Basco no norte de Espanha, foi considerada como uma base para o movimento de resistência republicano. Em Abril de 1937, a Legião Condor da Alemanha Nazi bombardeou Guernica, e destruiu a cidade.

Quando o governo republicano espanhol pediu a Picasso para pintar um grande mural para o pavilhão espanhol da Feira Mundial de Paris de 1937, ele escolheu o bombardeamento e a cidade como seu tema. Picasso trabalhou na pintura durante 35 dias, entre Maio e Junho de 1937, capturando a tragédia sombria com as cores preto, branco e cinzento para simbolizar a dor e a morte. Foi finalmente exposta em Julho de 1937, no Pavilhão de Espanha na Exposição Internacional de Paris.

Em 1968, o ditador Franco quis trazer *Guernica* de volta para Espanha. Picasso recusou-se a permitir isso até que o povo espanhol pudesse voltar a viver numa república, impondo certas condições como a implementação de “liberdades públicas e instituições democráticas”.

Picasso morreu em 1973, seguido pelo ditador em 1975. Após o domínio de Franco, a Espanha tornou-se uma monarquia constitucional, ratificando uma nova constituição democrática em 1978. O MoMA recusou-se inicialmente a enviar o quadro de volta de Nova Iorque, argumentando que a presença contínua de uma monarquia era contrária aos desejos de Picasso de uma Espanha democrática. Renunciaram em 1981, quando foi desmontado e enviado para exibição no Casón del Buen Retiro em Madrid para celebrar o centenário do nascimento de Picasso. Quase um milhão de pessoas viram o quadro no primeiro ano. Em 1992, *Guernica* foi transportado do Museu do Prado para a galeria propositadamente construída no Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia.

02

A Diversidade da Europa

Para compreender a história europeia, é fundamentalmente importante mostrar as múltiplas identidades e experiências históricas dos europeus. Os documentos expostos neste pilar representam a história de diversas comunidades religiosas, nacionais e étnicas em toda a Europa.

Na Europa tendemos frequentemente a ver a história das religiões de uma perspectiva cristã ocidental, uma vez que esta é a que parece ter dominado a nossa história. Mas como se pode ver pelos documentos aqui apresentados, a cultura cristã não coexistiu apenas ao lado das culturas judaica e muçulmana em toda a Europa, foi profundamente influenciada por elas. Em geral, muitas comunidades religiosas moldaram as identidades europeias, e a história europeia não pode ser vista apenas com base na história do cristianismo.

Temos tendência para analisar a história da Europa a partir da perspectiva dos Estados-nação dominantes. No entanto, os Estados-nação são construções modernas num sentido político e cultural, sendo que durante a modernidade, também muitas outras entidades moldaram a história europeia. Encontrará aqui documentos que traçam as perspectivas das nações e nacionalidades mais pequenas - maltês, sami e o povo finlandês - que tiveram de lutar para alcançar o reconhecimento da sua língua e identidade ou a independência.

Na era moderna, muitos europeus tiveram de enfrentar as desvantagens de serem membros de

uma minoria cultural, religiosa, nacional ou étnica. As minorias islâmicas tiveram de viver muitas vezes numa situação periférica dentro das sociedades cristãs. As comunidades judaicas enfrentaram séculos de perseguição na Europa, culminando na horrível tragédia coletiva do Holocausto. Recentemente, os ciganos constituem a minoria nacional e étnica mais populosa da Europa de hoje. A sua história representa, em geral, séculos de exclusão social, e perseguição, incluindo o seu sofrimento durante o Holocausto.

A migração também tem uma longa e variada história na Europa, incluindo histórias sobre experiências coletivas de intolerância contra as comunidades migrantes. Este fenómeno pode ser visto historicamente também através do destino coletivo das comunidades muçulmanas, judaicas ou ciganas perseguidas na Europa. O destino destas minorias é captado por documentos escritos e fotografias nesta exposição.

A cultura europeia sempre se baseou nos costumes, filosofias, crenças, e experiências de múltiplas comunidades. Muitas destas diversas comunidades, incluindo as classes sociais mais baixas, sofreram opressões na sua vida quotidiana. As relações de género e as identidades sexuais são duas outras áreas que viram (e continuam a ver) a supressão, a exclusão e a intolerância. Estas diversas experiências e identidades são uma parte fundamental da história europeia.



Miniaturas Medievais do Manuscrito *Beatus de Tábara*

Beatus de Tábara é um manuscrito iluminado do início da Idade Média, concluído durante o século X no scriptorium do Mosteiro de San Salvador de Tábara, Zamora, Espanha.

O scriptorium era um lugar nos mosteiros europeus medievais dedicado à escrita. O manuscrito é um dos mais antigos códices (manuscritos antigos) derivados do Comentário sobre o Apocalipse de São João, que foi escrito principalmente no século VIII pelo monge Beato (Beato), de Santo Toribio de Liébana.

No geral, os “*Códices Abençoados*” são obras religiosas, ilustradas com desenhos didáticos que tentavam auxiliar a compreensão dos textos sagrados. Foram compostos por Beato e os seus sucessores no antigo reino das Astúrias, a partir da segunda metade do século VIII.

A página 171 do códice contém uma imagem em miniatura da torre do Mosteiro de San Salvador de Tábara, a representação mais antiga de um scriptorium na Arte Europeia. Considerada como uma obra-prima de miniaturas medievais, retrata dois dos copistas e iluminadores, juntamente com um assistente.

Este *Beatus de Tábara* contém anotações nas margens das folhas em escrita árabe, indicando que o manuscrito foi utilizado num contexto ‘moçárabe’ por cristãos, provavelmente da Andaluzia. Este exemplo das culturas cristã e muçulmana que coexistiram na Península Ibérica durante a Idade Média realça a importância histórica do manuscrito.

Beato de Tábara, 968–970

Um códice em pergaminho ilustrado com miniaturas a cores, contendo 171 páginas (com páginas em falta e mutiladas); 36 x 25,5 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo Histórico Nacional

Código de referência: ES.28079.AHN/5.1.3//CODICES,L.1097



Runas de mil anos de idade: Beija-me!

As Runas são parte integrante do património cultural europeu. As runas estão por vezes associadas aos Vikings, porque no início da era Viking, os mestres rúnicos escandinavos já tinham começado a trabalhar num alfabeto.

As Runas não são uma língua, mas um alfabeto - o antigo alfabeto germânico - onde cada sinal representa um som. Por volta do ano 500 D.C. eram usadas pelos povos germânicos, desde o Mar Negro, no sul, até à Noruega e Inglaterra, no norte. As inscrições rúnicas, esculpidas pela primeira vez logo após o nascimento de Cristo, são provavelmente os primeiros exemplos de uma língua germânica na Escandinávia.

Os nomes eram o tipo mais comum de inscrição rúnica, escrita em pequenos objetos para dizer quem os possuía ou os tinha feito. Muitos deles também se relacionavam com romance e luxúria. Esta runa - um osso de vaca de Oslo datado do período 1075-1100 – diz *Kys mik!* Ou, em português: Beija-me!

Na Escandinávia, o alfabeto foi encurtado e alterado por volta do ano 700 D.C., provavelmente relacionado com grandes mudanças que tinham tido lugar na língua durante os séculos VI e VII.

O alfabeto latino chegou à Noruega juntamente com o cristianismo por volta do ano 1000 D.C. mas não substituiu as runas. Os dois sistemas de escrita foram utilizados em paralelo na Noruega durante algum tempo, com as runas a acabarem por desaparecer de uso durante o século XV. Nessa altura, as runas tinham desaparecido em grande parte da Europa Continental, sucedendo o mesmo em Inglaterra, onde foram utilizadas até cerca do ano 1000 D.C.

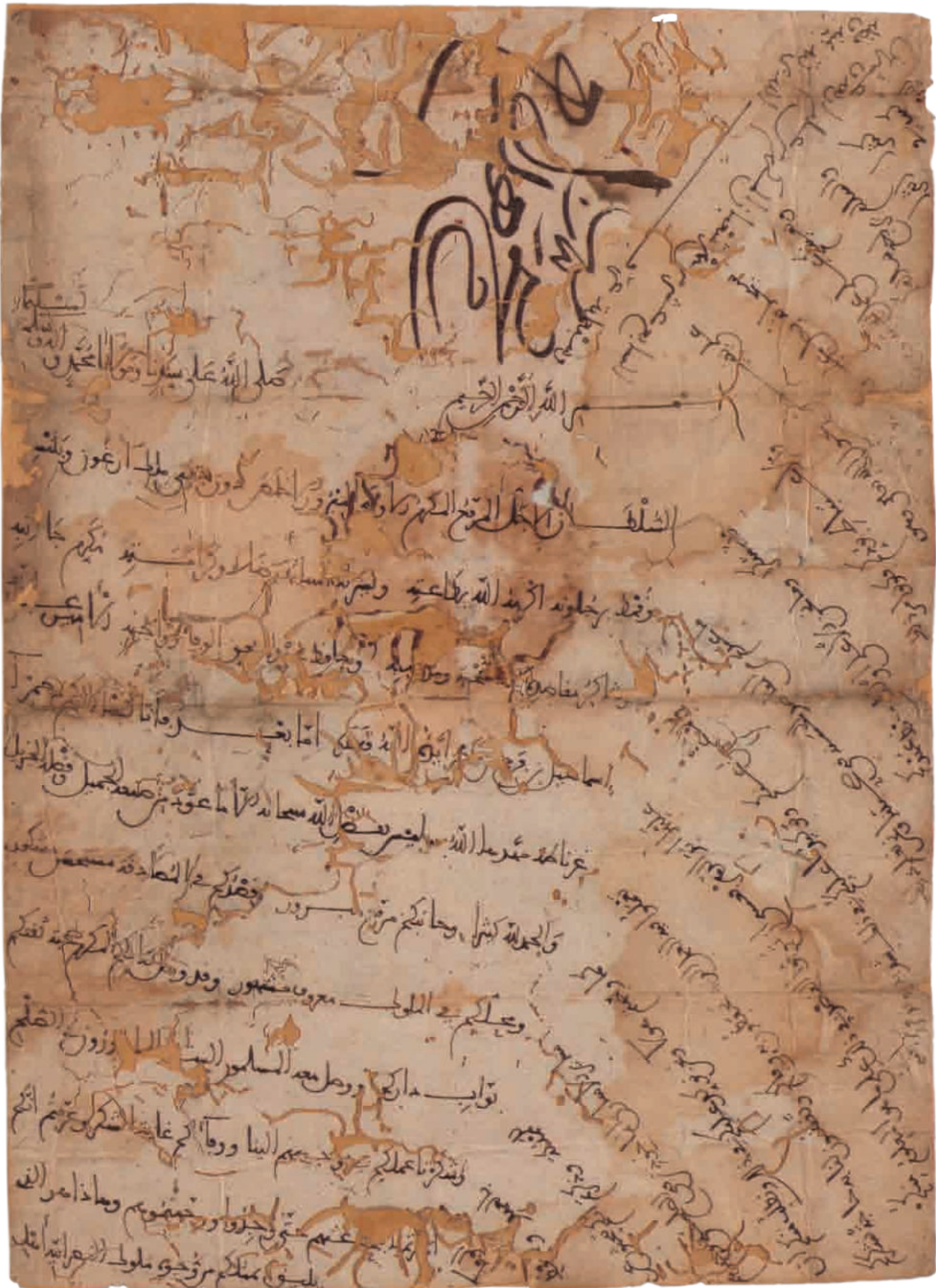
Os arqueólogos podem dizer-nos muito sobre como as pessoas viviam na Noruega durante este período, mas estamos dependentes de inscrições rúnicas para sabermos como era expressa a sua linguagem, emoções e vidas interiores.

Runas antigas - Beija-me, 1075–1100, Oslo (Noruega)

Um osso de vaca com inscrições rúnicas; 9,8 x 2,5 cm

Museu de História Cultural (Noruega)

Código de referência: C33448. G 06097. N A41



Uma Carta Régia sobre o Resgate de Cativos Muçulmanos

O documento lança uma luz sobre a contribuição muçulmana para o património histórico da Europa, que enriqueceu as culturas em todo o continente de inúmeras maneiras.

Ismail I foi o quinto rei Nasrid do Emirado de Granada entre 1314-1325. Fundado por Muhammad ibn al-Ahmar em 1230, o Emirado era também conhecido como o Reino Nasrid de Granada, a última dinastia muçulmana da Península Ibérica. Após dois séculos de prosperidade cultural e económica, foi conquistado pela Coroa de Castela e dissolvido pelo Tratado de Granada, em 1491.

O rei Jaime II foi Rei de Aragão e Valência e Conde de Barcelona entre 1291 e 1327. Na carta Ismail informa o Rei Jaime II da chegada de seis prisioneiros muçulmanos capturados em tempo de paz, e agradece-lhe pelos esforços feitos para os resgatar:

“A vossa estimada carta chegou”, escreveu ele “através do vosso fiel servo, o mensageiro da vossa casa, e

juntamente com ele os seis muçulmanos que foram feitos prisioneiros em tempo de paz. Agradecemos o vosso procedimento, enviando-os e a vossa conduta leal nos termos mais elevados que possam ser apreciados.” Ele insiste que o rei deve emitir uma ordem para libertar outros cativos que ainda não tenham recuperado a sua liberdade.

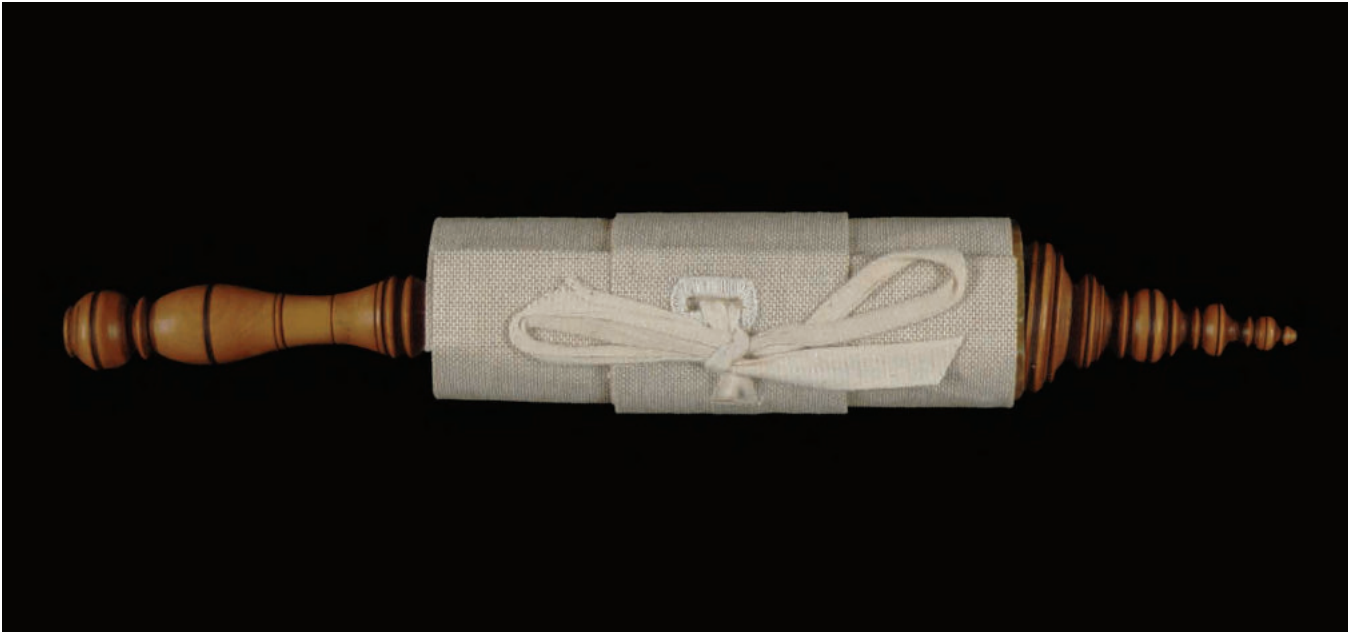
A carta pertence à coleção de cartas árabes do Arquivo da Coroa de Aragão. Esta coleção tem um extraordinário valor histórico e filológico. Possui cerca de duzentos documentos escritos em alfabeto árabe, a grande maioria enviada aos reis de Aragão pelos reis e altos funcionários de todos os países muçulmanos do Mediterrâneo, de Granada ao Egito, durante os séculos XIII ao XV. O documento reflete a complexidade das relações entre o reino muçulmano de Granada e o reino cristão de Aragão, marcadas por períodos de guerra e paz. Este último foi geralmente acompanhado de acordos relacionados com o comércio e a libertação de cativos de ambos os lados.

Carta do Rei Ismail I de Granada ao Rei Jaime II de Aragão, 09-08-1324, Granada? (Espanha)

1 folha, manuscrito sobre papel; 35,5 x 26 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo da Coroa de Aragão

Código de referência: ES.08019.ACA/3.7//ACA,COLECCIONES,Cartas árabes,núm.21



O Pergaminho do *Livro de Ester*

Este pergaminho do *Livro de Ester* é um dos mais belos testemunhos da presença do povo judeu e da sua cultura na Europa medieval. Foi escrito e feito por volta dos séculos XIV-XV e preservado no Arquivo Histórico Nacional Espanhol. Nesta exposição, representa as raízes judaicas da cultura europeia, reconhecendo a sua contribuição fundamental para o património histórico europeu.

O Livro de Ester é um texto do *Antigo Testamento* cuja principal característica é a sua natureza histórica e o seu papel durante o Purim, a celebração judaica em que era lido. A história tem lugar na Pérsia durante o século VI A.C., onde a grande população judaica que lá vivia dependia da vontade dos seus líderes religiosos e políticos.

O Rei da Pérsia, Assuero, tinha destronado a sua esposa e ordenado aos seus ministros que procurassem

uma substituta, o que fizeram ao organizar um concurso para escolher a mulher mais bela. Entretanto, Amán, um dos ministros do Rei, um homem profundamente anti-judeu, acusou o povo judeu de trair o Império e começou a preparar um decreto para os eliminar. Amán tinha um particular desprezo por Mardoqueu, um judeu próximo do rei que não se curvaria perante o ministro.

Mardoqueu tinha entretanto convencido a sua sobrinha, Esther, a entrar no concurso de beleza na condição de não revelar a sua origem judaica. Esther ganhou e foi escolhida como a futura rainha; no entanto, ela revelou a sua origem judaica ao rei durante um banquete, procurando proteção para ela e para o resto do povo judeu. No 15º dia de Adar, o rei suspendeu o decreto assassino de Amán e, desde então, o dia tem sido um feriado para o povo judeu.

Livro de Ester, ca. dos séculos XIV-XV

6 fragmentos de pergaminho cosidos em rolo; 230,5 x 11,3 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo Histórico Nacional

Código de referência: ES.28079.AHN/5.1.3//CODICES,L.1423

Registrũ Bull.
Ann. 1733.

<i>Prioratus Francia</i>	1.
<i>Prior. Aquitania</i>	23.
<i>Prior. Campania</i>	29.
<i>Prior. S. Egidij</i>	35.
<i>Prior. Tholosæ</i>	57.
<i>Prior. Alvernia</i>	65.
<i>Castellania Empostæ</i>	73.
<i>Prior. Cathalonia, et Navarra</i>	77.
<i>Prior. Urbis Lomb. Venet, et Pysarum</i>	81.
<i>Prior. Baroli, Messana, & Capua</i>	105.
<i>Prior. Castella, & Legionis</i>	121.
<i>Prior. Portugallia</i>	129.
<i>Prior. Alemaniam, Bohem, Hung, & Dacia</i>	135.
<i>Procura, & Commissiones</i>	145.
<i>Salvi-Conductus, & diversæ Scriptura</i>	149.
<i>Obligaciones, & assignationes</i>	177.
<i>Professiones Frum</i>	179.
<i>Litteræ Apostolica</i>	185.
<i>Prælatio Accipitris</i>	293.

***Liber Bullarum* da Ordem dos Cavaleiros Hospitalários**

Este documento é uma página de um típico *Liber Bullarum* de 1733. Um *Liber Bullarum* era um dos registos mantidos desde 1346 pela Ordem dos Cavaleiros Hospitalários (oficialmente a Ordem dos Cavaleiros do Hospital de São João de Jerusalém). A Ordem - mais tarde também conhecida como a Ordem de Malta - foi fundada por volta de 1099 pelo Beato Geraldo em Jerusalém. Era uma das mais famosas e influentes ordens militares cristãs.

Estes registos contêm pormenores sobre as propostas e nomeações de cada cavaleiro. Mostram até que ponto a Ordem de São João atravessou a Europa, e como a informação fluiu através da sua rede até ao centro. A informação foi organizada de acordo com línguas e prioridades, de acordo com a organização da ordem e a lógica da sua hierarquia.

A Ordem estava dividida em oito línguas, ou divisões, com base na nacionalidade dos cavaleiros e no

território onde se encontravam os seus bens e rendimentos. As Línguas da Ordem de São João eram as seguintes: 1: Aragão; 2: Auvergne; 3: Castela, Leão e Portugal; 4: Inglaterra e Liga Anglo-Bávara; 5: França; 6: Itália; 7: Alemanha; 8: Provença. (Note-se que a língua anglo-bávara só foi acrescentada em 1782).

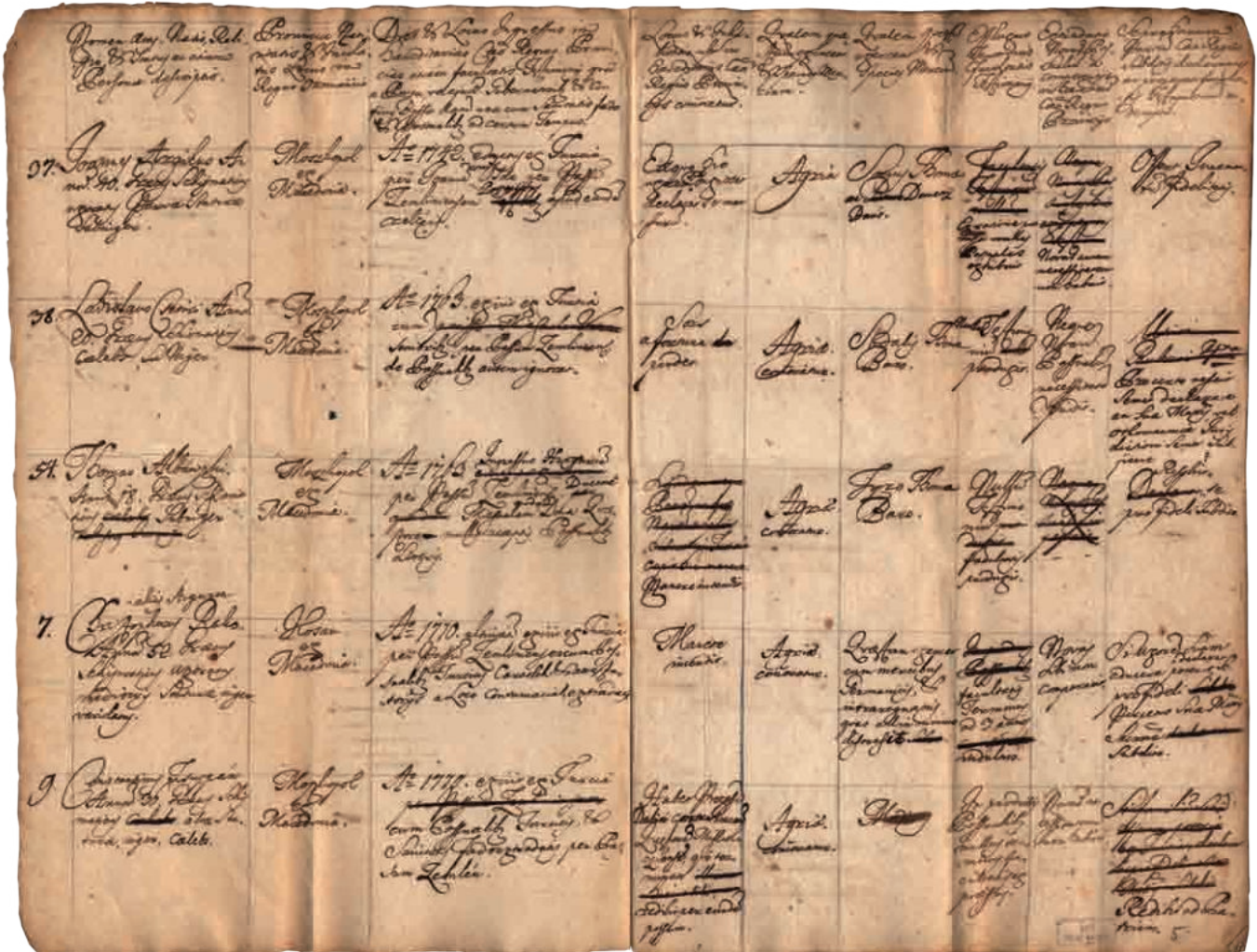
Outras ordens tiveram origem nos Cavaleiros Hospitalários, seguindo o seu modelo de organização e tradições. Estas incluem a Ordem Soberana Militar de Malta (a Ordem Soberana Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta), oficialmente reconhecida no Congresso de Verona de 1822 e a Ordem de São João (a Mais Venerável Ordem do Hospital de São João de Jerusalém), constituída em 1888 por um alvará real da Rainha Vitória.

Liber Bullarum, 1733, Malta

1 folha, manuscrito sobre papel; 30 x 40 cm

Biblioteca Nacional de Malta

Código de referência: AOM 537 f.1



Conscriptionis universorum portae ottomanicae (Censo de 1771 dos Subordinados Otomanos em Eger), 1771, Eger (Hungria)

14 folhas, manuscrito sobre papel; 38 x 25 cm

Arquivos do Condado de Heves do Arquivo Nacional da Hungria

Código de referência: HU-MNL-HML – IV – 1 – b – 70. d. – B – XLVIII – b – 132

Censo de 1771 dos Subordinados Otomanos em Eger

A fonte documenta o censo de 1771 dos subordinados otomanos em Eger, uma cidade no nordeste da Hungria. É significativo porque ocorreu quase cem anos após o fim do domínio otomano, destacando a natureza multicultural e multi-étnica da região.

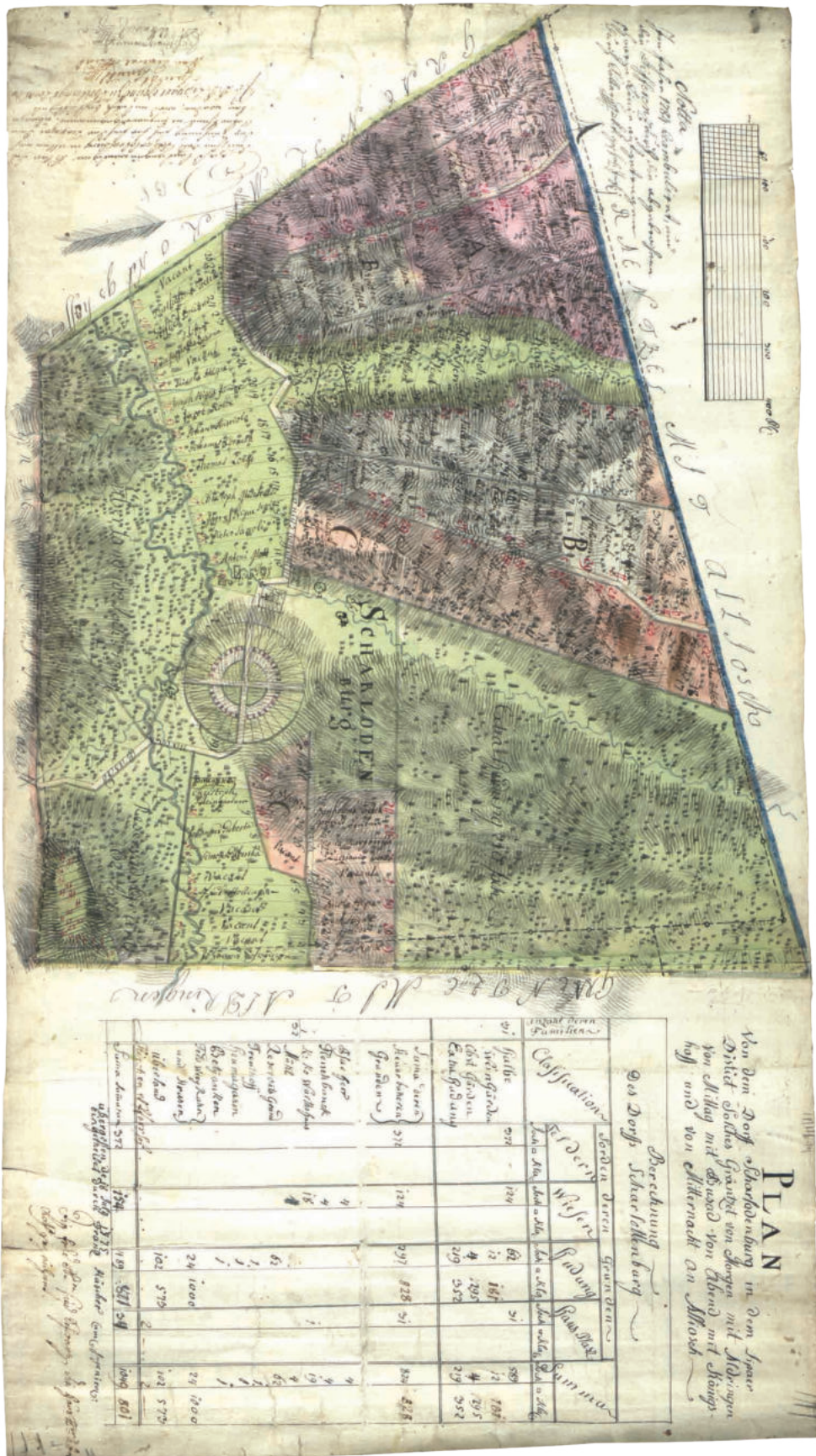
A cidade foi reconquistada pelas tropas cristãs a 17 de Dezembro de 1687; tendo sido completamente destruída durante o cerco. Na área rodeada pelas muralhas da cidade, apenas 413 casas permaneceram habitáveis, contendo na sua maioria, famílias turcas. Após a retirada das tropas turcas de Eger, os cristãos que tinham sido convertidos ao Islão foram também libertados, em conformidade com os termos do acordo de rendição.

Os historiadores diferem quanto ao número exato de muçulmanos que permaneceram na cidade, na ausência de uma fonte digna de confiança. De acordo com o relatório de um administrador real, 53 famílias muçulmanas converteram-se ao cristianismo. Tornaram-se os primeiros habitantes da cidade destruída, estabelecendo-se perto da fortaleza. A regra

do casamento significava que só podiam escolher um cônjuge da sua comunidade, o que os isolou dos outros grupos.

O recenseamento de 1771 registou 62 famílias consideradas como otomanas que aí viviam. Os gregos, separados devido à sua religião ortodoxa grega, tinham todos nascido na região histórica da Macedónia. 13 deles fizeram o juramento de fidelidade à Rainha Maria Teresa, a 29 de Dezembro de 1773. Húngaros, Alemães, Eslovacos, Polacos e Sérvios também se tinham estabelecido na cidade.

O censo de 1771 foi levado a cabo pela câmara municipal. O conselho conhecido como *Senatus Magistratus* era o órgão mais importante da cidade. As suas funções nessa altura abarcavam toda a vida da população da cidade, desde o nascimento até à morte. Executava ordens superiores, fazia os estatutos, contratava funcionários da cidade e geria o seu trabalho. Deu direitos civis, raramente sendo negados a qualquer cidadão.



Mapa manuscrito de Charlottenburg (Saroltavár) em Banat

O documento é um mapa da aldeia, de 1775. A aldeia, Charlottenburg (em húngaro: Saroltavár, em alemão Charlottenburg) e a região circundante faziam historicamente parte do Reino Húngaro. Agora encontra-se no condado de Temes, na Roménia. Está localizada em Banat, uma região histórica na fronteira sudeste da Europa Central, atualmente dividida entre três países: a parte oriental pertence à Roménia, a parte ocidental à Sérvia e uma pequena parte norte fica na Hungria. É o lar de um núcleo diversificado de grupos étnicos e nacionais.

Fundada em 1771, Charlottenburg é a única povoação regular em forma de círculo na região de Banat. Um poço no meio do círculo interior marcou o ponto de origem de quatro estradas. Nos arredores do povoado, havia parcelas num arranjo em forma de leque.

A aldeia foi fundada durante a segunda vaga de colonização de Banat, com 131 colonos alemães ali

instalados pelo Governador Conde Carl Ignaz Clary Aldringen.

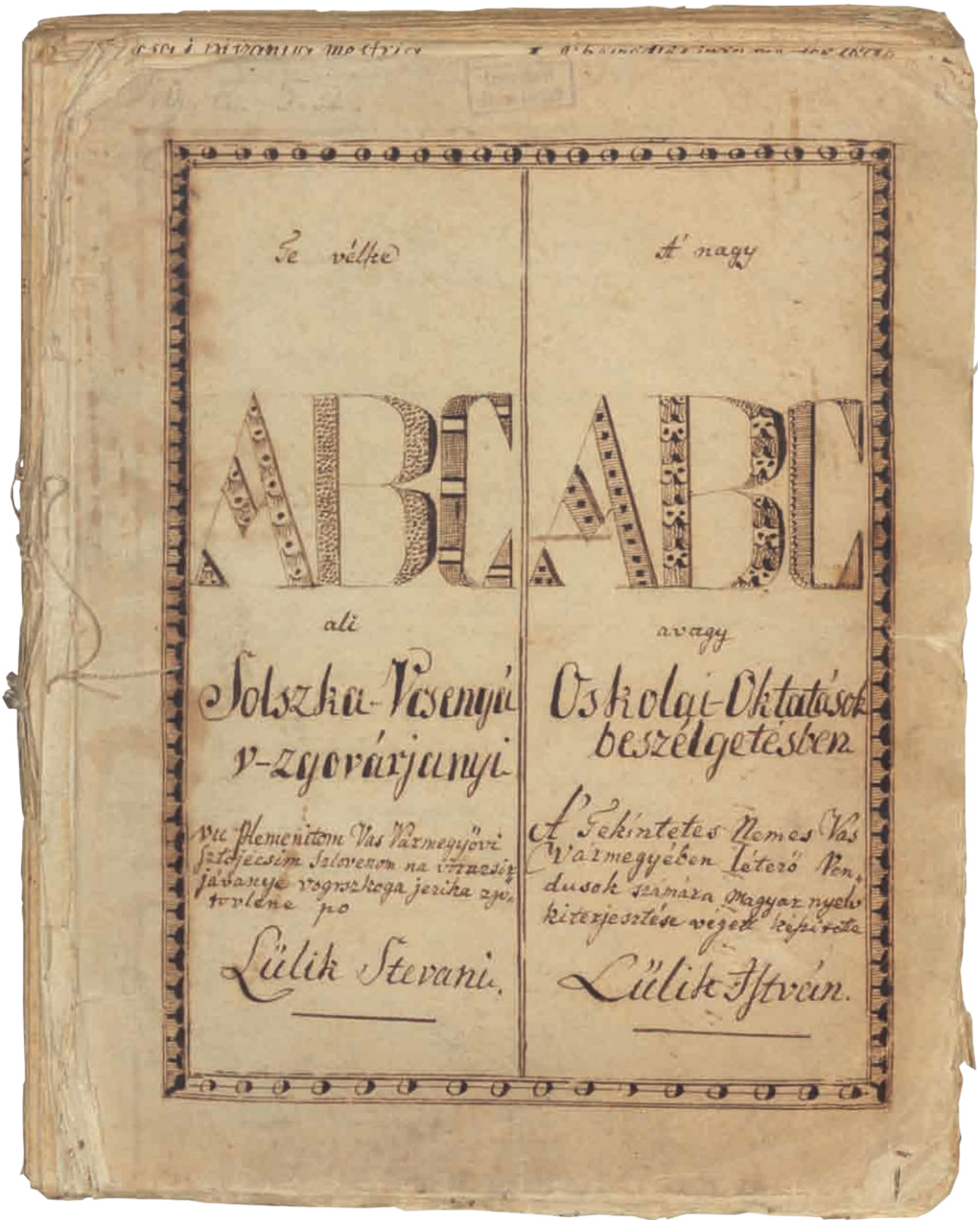
O Arquivo Nacional da Hungria guarda alguns mapas de Charlottenburg. Infelizmente, os documentos e registos prediais relacionados com estes mapas não foram preservados, mas os próprios mapas contêm ainda muita informação valiosa. O registo exposto é um deles. A primeira distribuição do terreno é visível, realizada pelo engenheiro de câmara Franz Häscher em 1775. De acordo com o desenho no mapa, havia 31 meias propriedades, vinhas, pomares de fruta e pastagens na aldeia. A aldeia tinha uma igreja, uma casa do pastor, um cemitério, uma taberna, um talho, um moinho e um celeiro. Cada parcela é marcada com o nome dos proprietários, os números pretos marcam o número da parcela, e os números vermelhos mostram o número da casa.

Mapa manuscrito de Charlottenburg (Saroltavár) em Banat de Temeswar, 1775

Um mapa manuscrito em papel, à escala: [1:7000] 500 Kl. [= 13,5 cm]; 71 x 39 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de referência: HU-MNL-OL – S 1 – № 102:1



Um Livro Manuscrito do Alfabeto Esloveno-Húngaro

O livro, escrito por volta de 1833, ilustra a natureza multi-étnica da Europa Central.

O local e a data de nascimento de István Lülük (em esloveno, Sätevan Lülük) é desconhecido. Contudo, sabemos por uma das suas cartas que ensinou em várias cidades do Reino Húngaro; primeiro em Rajka, depois Battyánd (hoje: Puconci, Eslovénia) na região de Mura, onde morreu em 1847.

Em 1820, selecionou e traduziu um livro do alfabeto alemão para as escolas luteranas. Com base neste livro, escreveu o seu livro de texto bilingue de forma coloquial, utilizando esloveno e húngaro. Foram publicadas três edições para uso nas escolas luteranas da região.

O manuscrito, com 276 páginas, tem no final um dicionário esloveno-húngaro com 894 entradas. Uma das tarefas matemáticas da página 240 sugere que o livro foi terminado em 1833. O livro contém informações sobre educação de crianças, relações familiares, cultivo

e agricultura, artesanato, comércio, trânsito, alimentação e gastronomia, construção e mobiliário de interior. Também de interesse no livro é a forma como o autor compara a cultura eslovena com as suas homólogas alemã e húngara.

Escrito com as letras do alfabeto latino, o livro tem oito capítulos sob os seguintes títulos: Discurso e escrita; Conversas conducentes a boas acções; Ciências naturais e conhecimento histórico; Descrição da Hungria, com descrições de Vas, Zala e condados; História dos Vândalos e Húngaros; Descrição de diferentes trabalhos artesanais; 33 contos; Aritmética.

Um dos tópicos do livro é a Marcha Mura, que ele denomina de Szlovenszka kraina tal como os habitantes da região se autodenominavam eslovenos (szloveni). Na versão húngara do livro, chamou-lhes vândalos (vandalus), porque viviam nas antigas pátrias dos Vândalos, perto dos rios Mura e Rába.

Primeira página do livro do alfabeto esloveno-húngaro de István Lülük, ca. 1833, Puconci (Hungria: Battyánd) (Eslovénia)

Um folheto, manuscrito sobre papel, contendo 276 páginas; 21 x 26 cm
Arquivos do Condado de Vas do Arquivo Nacional da Hungria

Código de referência: HU-MNL-VaML – XIV – 59 – 1



Petição Pro Finlândia, 1899, emitido em 13 países diferentes
 13 edições em 13 línguas diferentes sobre papel; 39,5 x 29 cm / 31,6 x 23,2 cm
 Arquivos Nacionais da Finlândia
 Código de referência: 20982.KA

Petição *Pro Finlândia*

A Grande Petição foi um documento produzido na Finlândia em 1899, durante o primeiro período de russificação daquele país.

A Finlândia tinha sido ocupada pelo Império Russo desde 1809, incorporada no Império como Grão-Ducado da Finlândia, concedendo-lhe um grau de autonomia. Antes disso, a Finlândia tinha feito parte da Suécia durante séculos. Enquanto o Imperador da Rússia foi também Grão-Duque da Finlândia, era aí representado pelo Governador-Geral.

A russificação da Finlândia foi uma tentativa do Império Russo de limitar a autonomia do Grão-Ducado da Finlândia e reduzir a sua singularidade cultural durante os períodos de 1899-1905 e 1908-1917. Fez parte das maiores políticas de russificação do final do século XIX e início do século XX que tentaram assimilar as minorias nacionais e étnicas do império russo.

Foi iniciada uma petição contra o *Manifesto de Fevereiro* do czar Nicolau II de 1899, que aboliu os direitos

linguísticos e a autonomia finlandesa. Mais de meio milhão de assinaturas (20% da população finlandesa) foram recolhidas no espaço de onze dias.

Depois de o Czar se recusar a aceitar a petição, foi redigida uma segunda petição, chamada *Pro Finlândia*. É constituída por mais de 1000 assinaturas de figuras culturais proeminentes de 12 países europeus, incluindo Émile Zola, Frédéric Passy, Rudolf Virchow, Florence Nightingale, Loránd Eötvös, Fridtjof Nansen, Henrik Ibsen e A. E. Nordenskiöld. Embora o Czar também se tenha recusado a aceitar esta petição, ela constitui um exemplo perfeito da vontade de toda a Europa de defender valores comuns durante este tempo de crise.

Finalmente, em 1917, o Parlamento da Finlândia adotou a *Declaração de Independência Finlandesa*, declarando-a um estado nacional independente.

Maltese Alphabet issued by the
"Għaqda tal Kittieha tal Malti"

Letter types	Sound value	Examples				
1. A, a	a (Alef)	Arda, sâr	15.	L, l.	Elle (Lam)	Lejla
2. B, b	Be (Ba)	Bejt, ketieb	16.	M, m	Emme (Min)	Mejda
3. Ċ, ċ	ċe (Ċim)	Ċajta, ċempul	17.	N, n	Emme (nun)	Ngiras
4. D, d	De (Dal, dzal } dhal (ħija) }	Dahan Dâr dardan	18.	O, o	O (Alef & Voc)	Morr
5. E, e	Effe (Fa) { E, alef and va }	Fattal Eef, Xêna	19.	P, p	Pe	Patris
6. F, f	Effe (Fa)	Felfel	20.	Q, q	Qu (Qaf)	Qadie
7. Ġ, ġ	Ġe (Ġim)	ġellewz	21.	R, r	Ere (Ra)	Râs
8. G, g	Ġa (Ġam, ġhimel) }	giddieh gandoffla	22.	S, s	Esse (Tsa, sin, sâd) }	Silġ sûġ
9. Ħ, ħ	Ħhajj	Ħhajj, tagħna	23.	T, t	Te (Tha, tsu, ta) }	Tul Tauru
10. H, h	He (Ha)	Deher, fika	24.	U, u	Wa and Voc	Sûfa
11. Ħ, ħ	Ette (Ħa)	Ħobz, Ħafes	25.	V, v	Ve	Vemmen
12. I, i	I. i. î (Alef and Voc)	Ixti bî	26.	W, w	We (Waw)	Wattin
13. J, j	Ja	Bjar	27.	X, x	Exxe (Xim)	Xêna
14. K, k	Ka (kaf)	Kelb	28.	Ț, ț	Zeta (Țod)	Zokk
			29.	Ț, ț	Zeta (Țoj)	Țunġon

Modelo de Alfabeto Maltês proposto pela União dos Escritores em Maltês, 22-12-1921, Valletta (Malta)

2 folhas, manuscrito sobre papel, 21,5 x 21 cm

Arquivos Nacionais de Malta

Código de referência: NAM/EDU/26/1921

Exemplo do Alfabeto Maltês proposto pela União dos Escritores em Maltês

Este exemplo do alfabeto maltês foi proposto pela União dos Escritores em maltês a 22 de Dezembro de 1921.

O maltês é basicamente uma língua Semítica, considerada como uma variante normalizada e latinizada do árabe, que é falada pelo povo maltês em Malta. Os antecedentes desta fonte indicam que a língua maltesa, a única língua de raízes semíticas escrita com caracteres latinos, careceu de um alfabeto aceite e de uma ortografia padrão até ao início do século XX.

L-Għaqda tal-Kittieba tal-Malti (União dos Escritores em Maltês) foi criada a 14 de Novembro de 1920. Um dos seus objetivos era desenvolver o alfabeto maltês numa base científica. Quatro dias mais tarde, foi criada

uma comissão para preparar um projeto de alfabeto a ser utilizado na escrita do maltês. O projeto foi discutido e aprovado durante uma reunião geral realizada em 18 de Dezembro de 1921, após a qual o Secretário enviou o alfabeto aprovado ao Chefe do Ministério, solicitando a sua adoção pelas autoridades.

Após a aprovação de um alfabeto latino, o *Għaqda tal-Kittieba tal-Malti* começou a trabalhar em regras para a ortografia do novo alfabeto. O sistema aceite de ortografia maltesa foi introduzido em 1924.

No entanto, foi apenas em 1934 que o maltês foi reconhecido como uma língua oficial de Malta, juntamente com o inglês. Até essa data, o inglês e o italiano eram as línguas oficiais.

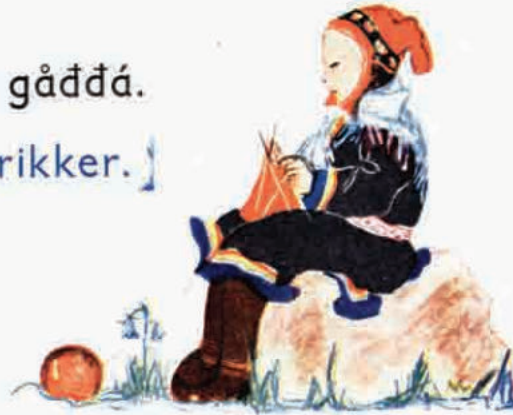
d Das læ us'tit. Dat læ: **ḁ**
har en venn. Det er:

Ris'ten čák'ká gæḁgi al'de ja gáḁḁá.
Risten sitter på steinen og strikker.

Oainát gå dån nåḁo?
Ser du nøstet?

*

t Das læ us'tit.
har en venn.



Dat læ:
Det er: **t**

Muottá årro Ruotariikas.
Moster bor i Sverige.

Dá manná ratti Ruttii.
Her går vinter-vegen til
Sverige.

Ensino da língua Sami

Este documento é uma página de um livro de texto em Sámi intitulado ABC (1951), feito por Margarethe Wiig. Aquando da sua publicação, foi o primeiro livro didático dedicado às crianças Sámi. O livro é um exemplo de como os Estados-nação europeus alteraram as suas políticas em relação às minorias no pós Segunda Guerra Mundial.

Margarethe Wiig (1903-2002) era esposa de um padre norueguês e mais tarde bispo, Alf Wiig. De 1923-1934 viveu com o seu marido em Karasjok (Noruega), onde ele foi pároco. Karasjok situa-se no meio do planalto de Finnmark, no meio da parte norueguesa de Sápmi (território dos Sámi). Enquanto Wiig vivia em Karasjok, ela tomou consciência de que não havia livros escolares para a educação em Sámi. Estava convencida de que “um livro ABC baseado no ambiente destas crianças com uso parcial da sua própria língua seria não só desejável, mas também necessário.” Otimista e empenhada, iniciou a construção de um, sem quaisquer qualificações formais.

O trabalho com o livro didático foi um trabalho do Ministério da Igreja e Educação, que foi responsável pela aprovação dos livros didáticos. Ela travou várias batalhas com o ministério. Foram durante muito tempo pouco recetivos relativamente à ideia de incluir textos em Sámi, mas Margarethe Wiig estava muito determinada a que o livro tivesse textos paralelos em Sámi e norueguês, para que as crianças Sámi pudessem aprender a ler a sua própria língua materna.

O livro ABC foi um enorme sucesso. Tem sido caracterizado como o mais importante na história dos livros escolares Sámi. E além disso, o livro tornou-se popular noutras áreas, devido sobretudo às ilustrações coloridas e belas. Vários hotéis em Finnmark tinham o livro à venda.

A política norueguesa relativa aos Sámi estava mais ou menos concentrada na assimilação desde o final dos anos 1800 até aos anos 60. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança gradual na atitude em relação ao povo Sámi e à sua cultura, coincidindo com o renascimento das organizações políticas Sámi. A utilização do norueguês e dos Sámi nas escolas é um bom exemplo desta mudança. Durante várias décadas, desde finais da década de 1880, as autoridades escolares, apoiadas por políticos, prosseguiram uma política rigorosa de norueguização. Todos os livros escolares eram em norueguês, e a língua Sámi era apenas utilizada como língua auxiliar para ajudar os alunos das classes mais baixas.

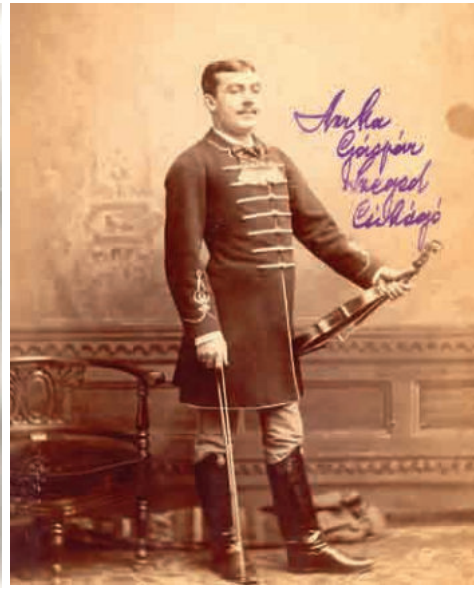
Após a Segunda Guerra Mundial, as autoridades governamentais incluíram aqueles que desejavam abandonar a política norueguesa de assimilação e proporcionar condições mais propícias à promoção da língua e cultura Sámi. O uso da língua escrita Sámi aumentou de facto desde os anos 70. O Parlamento Sámi foi criado em 1989 para lidar (entre outras coisas) com questões relacionadas com a língua, cultura e sociedade Sámi.

ABC Sámi de Margrethe Wiig, 1951, Oslo (Noruega)

1 página de um livro impresso com ilustrações a cores; 17 x 30 cm

Arquivos Nacionais da Noruega

Código de referência: RA/ S-1057/ Db/ L0034/ 0001



Seleção da coleção Romani de Péter Szuhay

As fotografias aqui apresentadas dão uma visão da história dos ciganos húngaros. São selecionadas da coleção de fotografias de Péter Szuhay, um antropólogo húngaro de renome internacional conhecido pela sua investigação entre as sociedades rurais modernas da Hungria. As fotografias retratam as diferentes formas de exclusão social, segregação e perseguição sofridas pelos ciganos na Hungria e noutros países.

A partir dos finais dos anos 80, Péter Szuhay virou a sua atenção para a história social e a vida quotidiana do povo cigano. Juntamente com o realizador de cinema, Edit Kőszegi, realizou vários documentários sobre este tema, e muitas exposições, estudos e livros estão associados ao seu nome.

A seleção de Péter Szuhay, preservada digitalmente nos Arquivos Nacionais da Hungria, mostra como as fotografias representavam tradicionalmente “o cigano”, o povo romani na Hungria. As primeiras representações dos Ciganos estão ligadas à Transilvânia (hoje: Roménia); foram tiradas para integrarem um estudo etnográfico, como se pode ver nas fotografias em estúdio de Béla Révész. Os fotógrafos na passagem do século fotografavam regularmente figuras ciganas integradas na tradição cultural geral, adequando-se à visão predominante dos ciganos da época, na maioria das vezes como músicos capazes de fascinar o público com a sua música.

Uma visão oposta aos ciganos instalados é a figura cigana selvagem, veemente, misteriosa e amante da liberdade, que constitui um risco para a sociedade, vivendo num casebre em circunstâncias terríveis, quase um selvagem, a avaliar por algumas fotografias.

Fotografias do Gabinete Telegráfico Húngaro (GTH) tiradas dos anos 60 a 80, sugerem que os problemas com o povo cigano tinham sido resolvidos, mostravam-no a frequentar a escola, a trabalhar e a viver em casas confortáveis. No entanto, a maioria dos ciganos ainda sofria de vulnerabilidade, subdesenvolvimento, pobreza, e exclusão. Isto é ilustrado aqui pelo trabalho de Tamás Féner, a última foto da seleção.

A seleção da coleção de Szuhay inclui: Séries do género Béla Révész (1908); Uma menina cigana risonha, (Hungria, nos anos 30, foto de Balogh Rudolf); Um retrato de músico (Hungria, na viragem do século, foto de estúdio); A substituição do cesto chegou (Buzsák, Hungria, 1978); O pequeno Jani Lázár, rapaz da segunda classe ajuda Péter Lakatos na aprendizagem, (Rozsály, Hungria, 1963); Num acampamento de ciganos na floresta (Nordeste-Hungria, nos anos 70, foto de Tamás Féner).

Seleção da coleção Romani de Péter Szuhay, ca. de 1900–1980
(data de realização das fotografias digitais: 2003-2013) (Hungria, Roménia)

7 ficheiros em formato TIF de fotografias originais a preto e branco (coleção privada); 1536 MB
Arquivos Nacionais da Hungria / Coleção Privada

Código de referência: HU-MNL-OL-X 10865 (Nº 9, Nº 20, Nº 28, Nº 45, Nº 89, Nº 94, Nº 98.)

03

As Múltiplas Faces do Cristianismo

O cristianismo teve um profundo impacto na história europeia e é considerado por muitos como a componente primária do património cultural europeu. As sínteses históricas tendem a examinar a história da igreja cristã em vez da própria religião, com a maioria das fontes centradas na organização eclesíastica em vez da crença e do pensamento. Os documentos desta exposição representam ambas as perspetivas, fornecendo-nos instantâneos da história da igreja, a relação entre a igreja e os monarcas seculares, a criação e o legado do conhecimento cristão, as origens dos feriados cristãos e uma janela para a vida quotidiana dos seus seguidores.

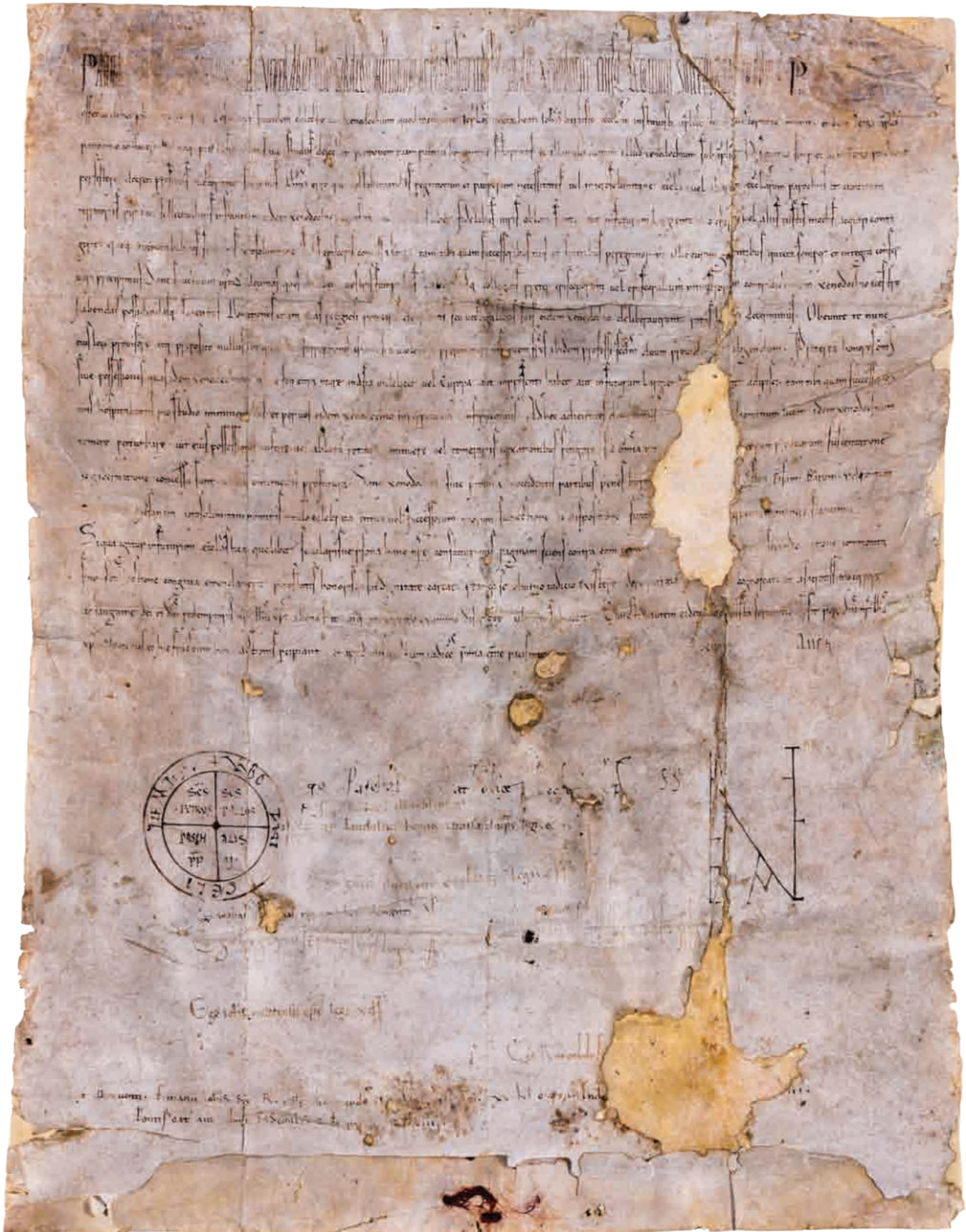
Embora os primeiros cristãos tivessem frequentemente de enfrentar perseguições, a comunidade religiosa cresceu rapidamente durante o Império Romano. Segundo os historiadores, este sucesso poderia ser devido à crença cristã na imortalidade da alma, juntamente com o princípio da igualdade. O cristianismo influenciou a história intelectual e a política na Europa, e no mundo, durante muito tempo. A Arménia foi o primeiro país a fazer do cristianismo a sua religião estatal em 301. Foi também aceite como religião oficial do Império Romano durante o reinado de Constantino I, no início do século IV.

A maioria dos países da Europa convertidos ao cristianismo durante a Idade Média e a história dos Estados europeus tem estado desde então entrelaçada com as igrejas cristãs. As monarquias da Idade Média estavam inclinadas a promover o cristianismo e a reforçar a força dos estados cristãos nos seus territórios. O período testemunhou as “guerras santas”, tais como as Cruzadas do século XI ao XIII, empreendidas para impedir que os lugares sagrados cristãos ficassem sob controlo muçulmano.

Outra influência cristã foi a Inquisição, fundada oficialmente pelo Papa Gregório IX em 1231. Esta funcionou durante centenas de anos, resultando na tortura e perseguição de judeus e muçulmanos e por vezes de cristãos que eram considerados como inimigos da igreja. Esta Inquisição espalhou-se por outros continentes, devido à colonização. A igreja cristã primitiva construiu a doutrina da “Guerra justa”, fornecendo uma justificação para a intolerância religiosa. Dito isto, os pensadores cristãos têm uma longa história de argumentação contra a guerra e a violência.

O protestantismo começou na Europa no início do século XVI, em oposição às doutrinas e práticas católico-romanas daquela época. Entre outras doutrinas católico-romanas, rejeitou a supremacia papal e os sacramentos. A crise religiosa que se seguiu no século XVI desencadeou conflitos, divisões e guerras por toda a Europa. A tradição intelectual do protestantismo foi fundamental para moldar o património cultural europeu desde então.

A partir do século XVII, o Iluminismo teve um impacto fundamental na cultura europeia, nos campos da filosofia, ciência, ou política. As suas ideias radicais foram contrárias a muitas das ideologias religiosas e filosofias cristãs existentes. Como resultado, a relação entre a igreja e o poder do Estado mudou, sem dúvida, durante a era moderna. Contudo, como a história tem demonstrado, modernidade e religião não são conceitos irreconciliáveis. É mais o caso de o cristianismo continuar a reinventar-se nas sociedades e estados atuais.



Fundação do Hospital de São João

Esta carta é a Bula Papal *Pie Postulatio Voluntatis* (O Mais Piedoso Pedido), emitido pelo Papa Paschal II (1050/1055-1118) a 15 de Fevereiro de 1113. É emitido a favor do Hospital de São João (hoje a Ordem Militar Soberana de São João de Jerusalém, Rodes e Malta). Constituiu um marco na história do Hospital de S. João, uma vez que levou à desejada aprovação eclesiástica da nova instituição, fundada pelo Beato Geraldo em Jerusalém, provavelmente por volta de meados do século XI.

Por volta do ano 1048, o califa Fatimid Al-Mustansir Billah deu permissão aos comerciantes da República de Amalfi para construir um hospital em Jerusalém. Liderada pelo Beato Geraldo, a comunidade que dirigia o hospital tornou-se independente durante a Primeira Cruzada por volta de 1099, estando na origem da Ordem dos Cavaleiros Hospitalários.

Esta Bula é considerada por alguns estudiosos como a carta fundadora do Hospital, transformando aquilo que era uma comunidade de homens piedosos numa instituição dentro da Igreja. Em virtude deste documento, o Papa reconheceu oficialmente a nova organização como parte integrante e operativa da Igreja Católica Romana; reconheceu formalmente a fundação do Hospital, que se tornou uma ordem laico-religiosa sob o patrocínio único da Igreja; a Bula também deu à Ordem o direito de eleger os seus Grão-Mestres sem interferência de autoridades externas.

A Bula inclui uma lista dos hospitais e hospícios da Ordem em França e Itália, indicando que já tinha uma dimensão europeia e não estava apenas limitada ao Reino Latino de Jerusalém.

Pie Postulatio Voluntatis (O Pedido mais Piedoso),15-02-1113, Benevento (Itália)

1 folha, manuscrito em pergaminho; 54 x 42 cm

Biblioteca Nacional de Malta

Código de referência: NLM/AOM/6

egidū montē pessulani. tholosā. portus aspi tendit. alia pscā
 maria potū. iscā fite dconqt. isēm petri de moñaco icedit. alia p
 scā manā magdalenā uitaliaci. isēm leonardū lemouicēse. turbem
 petroucēse pgit. alia pscā maranū turonēse. isēm slanū pietauēse.
 & scēm iohem angliacēse. isēm eutopiū scōnēse. turbe burdegalense
 uadit. Illa que pscā fite. & alia que pscā leonardū. & alia que pscā
 maranū tendit ad hostauallā eo adunant. & in isto portu cetera aspi
 tē regne sciant. uic que pport aspi tūst. & una uia exide usq; ad scēm

Tres columnas **decibus hospitalib; cosim.** **I**acobū efficitur.

Hualde necessarias ad sustinendos paupes suos maxime dñs ihx
 mundo instituit. hospitale sel ibitū. & hospitale montis iocci. & hospi
 tale scē xpistiane. qđ ē iportib; aspi. hec sunt hospitalia illois necessa
 rius posita loca scā. domi dñi. refectio scōz pēgnōz. reges egntū. solatio
 infirmoz. salus mortuoz. subisiōū uiuoz. hec g; loca sac scā q̄cuq;
 edificauit. p̄ldubio regnū dñi possidebit. **De fluminib; mal. gracie. & iacobi ha**

Maxime sunt flumina letifera que habent uicū scī iacobi. ad locū qđ dicitur **calix p.**
 lozcha. morientali parte decēnt flum. qđ dicitur nuus salar.

Ibi. or & equū tuū obserua nebibant. qz flumen letiferū ē. sup cui
 ripā nos ad scēm iacobū p̄gntes. inuenim; duos nauarros scōntes. arcuos
 suos acuentes. solitos excoiare pēgnōz uimta. que limphā illā bibe
 bant & moriebant. qui nō interrogantib; incientes dixer. qz sana erat
 ad potasū. Qua p̄tē eq̄s n̄ris illā decim; ad bibendū. & istatū duo exhis
 obier. qđ ilico ipsi excoiauer; p uillā que dicitur arcū decēnt aq̄ letifera.
 & utē arcū ad p̄mū hospitale int arcū sel & hospitale itē decēnt aq̄ leti
 fera bibentib; eā. do uillā que dicitur arcū uera sel nauarroz. decēnt flum
 letiferū uimta. & ibi; bibentib; illud. Inde ad uillā que dicitur couas.

Um Códice sobre a Peregrinação a Santiago de Compostela

O códice provém da Península Ibérica durante o século XII. É um dos primeiros registos de peregrinação europeia, a tradição de visitar locais considerados como lugares sagrados.

O *Liber Sancti Iacobi* foi compilado por volta de 1140 e consistia num conjunto de materiais heterogéneos - litúrgicos, hagiográficos e musicais, entre outros - relativos ao apóstolo São Tiago e ao seu santuário em Compostela.

Este códice é considerado como um dos melhores artigos da compilação, juntamente com o códice iluminado preservado na Catedral de Santiago (conhecido como *Codex Calixtinus*). Foi copiado em 1173 por um monge de Ripoll, Arnaldo de Monte durante a sua peregrinação a Compostela, para utilização no seu mosteiro.

O códice contém cinco livros, juntamente com uma carta do copista, o monge Arnaldo de Monte, para o abade e convento do mosteiro de Santa Maria de Ripoll. Dos cinco livros que compõem o *Liber*, o último, intitulado *Iter pro peregrinis ad Compostellam* (Caminho do Peregrino para Compostela, ou Guia do Peregrino) é atribuído ao monge francês Aymeric Picaud e foi pensado para servir de auxílio aos peregrinos que fazem a viagem até ao túmulo do apóstolo. Explica o percurso em pormenor e indica os hospitais que se podem visitar; menciona o exemplo de outros peregrinos

famosos que já fizeram a viagem anteriormente; o livro inclui descrições geográficas (especialmente detalhadas no caso da cidade de Santiago de Compostela); relata experiências pessoais infelizes ou perigosas para servir de aviso; enumera também os locais sagrados e os vestígios de relíquias que devem ser visitados durante a viagem.

A tradição da pregação a São Tiago na Hispânia remonta ao século VI. Mas a descoberta do seu suposto túmulo na Galiza no início do século IX deu origem a um movimento de peregrinação que se tornaria um dos três mais importantes do Ocidente cristão a partir do século XI, juntamente com Roma e Jerusalém. Foi então que as diferentes estradas e rotas para Compostela foram consolidadas a partir de todos os cantos da Europa. O Caminho de Santiago iria tornar-se uma das principais rotas europeias de peregrinação e intercâmbio cultural durante a Idade Média, ajudando a difundir ideias relacionadas com a cultura e as artes europeias por toda a Península Ibérica.

A UNESCO registou o *Liber Sancti Iacobi* no Registo da Memória do Mundo, reconhecendo o valor cultural e o significado histórico do códice. Mostra que o *Liber Sancti Iacobi* não é apenas um documento único de peregrinação ou história eclesiástica, mas também uma parte importante do património cultural europeu.

Liber Sancti Iacobi, 1173, Mosteiro de Santa Maria de Ripoll (Espanha)

Códice, manuscrito em pergaminho, 85 folhas (26 l.); 28 x 18 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo da Coroa de Aragão

Código de referência: ES.08019.ACA/3.38.4//ACA,COLECCIONES,Manuscritos,Ripoll,99



Um Comentário Medieval sobre o Apocalipse

O Apocalipse do Lorrão é um manuscrito ricamente ilustrado, de Lorrão, em Portugal, que contém o *Comentário sobre o Apocalipse do Beato do Mosteiro de Liébana*. São Beato de Liébana (c. 730-c. 800) foi um monge que viveu no Mosteiro de Liébana, no norte da Hispânia. Escreveu o *Comentário* em 776, revendo-o em 784 e 786. O *Apocalipse do Lorrão*, contendo este texto, foi concluído em 1189.

O Apocalipse de João, ou *Livro do Apocalipse* é o último livro do *Novo Testamento*, e simboliza a revelação do fim do mundo pecaminoso, onde a luta entre o bem e o mal terminará com a vitória de Cristo.

Esta revelação, de Cristo a São João, é inacessível à razão pelo que o texto do *Apocalipse* teve de ser comentado em escritos alegóricos e simbólicos para que pudesse ser plenamente compreendido. Os cristãos eram perseguidos, humilhados e marginalizados; o imperador romano era considerado um deus, aqueles que não o adoravam eram despojados dos seus bens materiais e por vezes martirizados. A *revelação* é uma narrativa profética simbólica para tranquilizar os cristãos, exortando-os a manter a fé. A linguagem simbólica destina-se a torná-la inacessível aos não-cristãos.

Devido a este livro, os cristãos estavam convencidos de que o Império Romano acabaria por cair, e Cristo

dominaria tudo e todos. O dragão aqui é o símbolo do diabo, do Império Romano e de todos os outros impérios que não o de Cristo, o qual deve eventualmente cair sobre ele. *O Antigo Testamento* é a herança dos judeus, o “povo de Deus” que herdaria a terra; *O Apocalipse* vai mais longe, traçando o destino de todos os povos.

O *Apocalipse do Lorrão* contém muitas ilustrações. Uma das mais elaboradas - os rendimentos e a colheita - representa Cristo, o juiz, com a coroa da vitória que, de foice em punho, se prepara para fazer a colheita das terras que tinham sido secas e envenenadas pelo pecado.

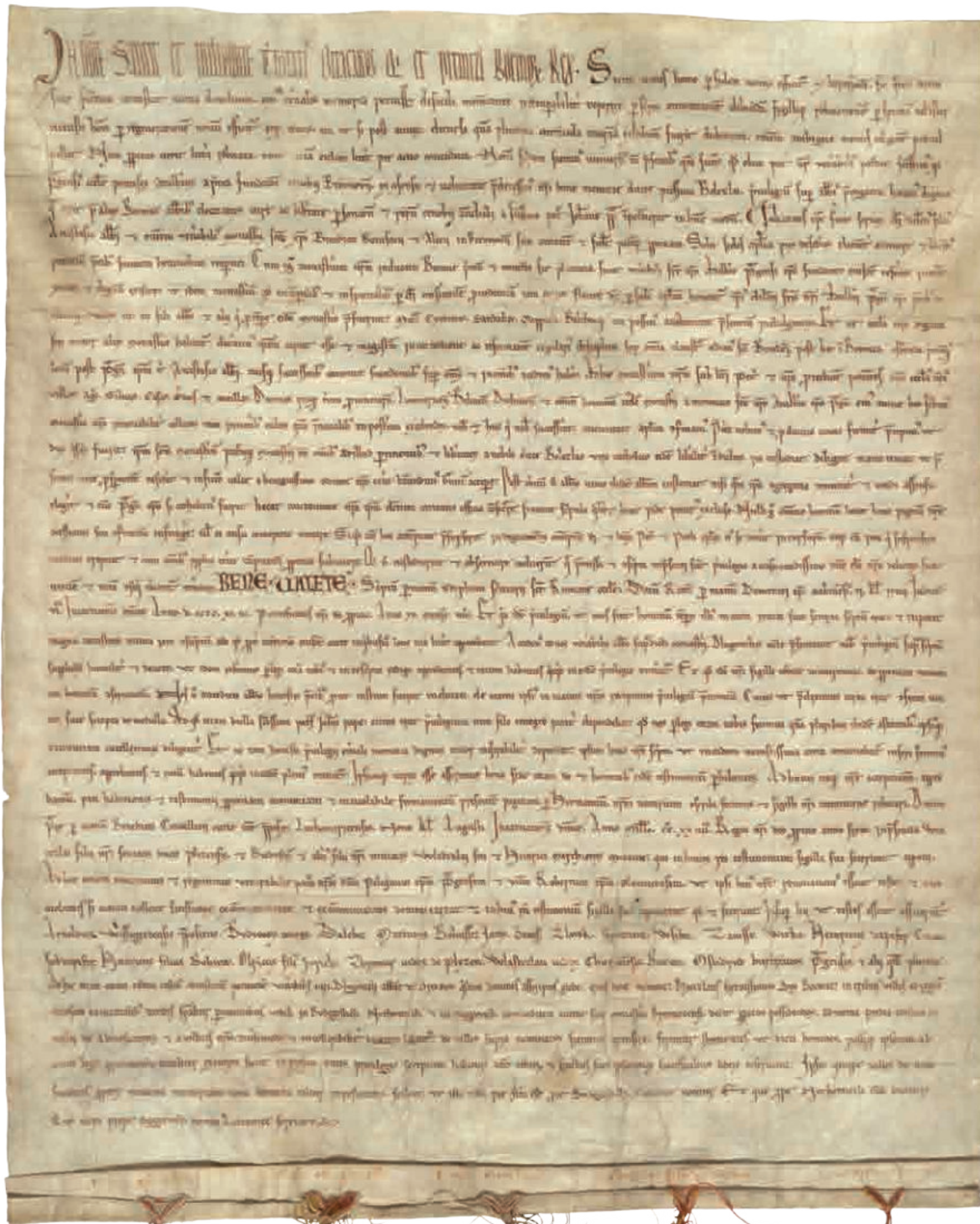
Nas *Escrituras*, o juízo de Deus é comparado com os rendimentos e a colheita. A colheita simboliza a destruição total da humanidade desobediente a Deus, cortada pela foice da sua justiça. Um anjo aparece com uma foice na mão e corta os caules juntamente com as espigas envenenadas pela rebelião humana e lança-os no lagar da ira de Deus, onde são pisados e espremidos. Esta ilustração contém elementos anacrónicos do período em que foi desenhada - estes incluem alfaias agrícolas (foices, cestos de vime), as vestes das vindimas, o arranjo das vinhas apoiadas numa grade e o facto de Cristo usar um chapéu de palha largo.

Apocalipse de Lorrão, 1189, Mosteiro de Lorrão (Portugal)

Um códice em pergaminho com ilustrações a cores, contendo 221 fólios; 35,5 x 26 x 8,5 cm

Portugal – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de referência: PT/TT/MSML/B/44



Carta de Privilégio do Mosteiro de Břevnov

A carta de privilégio do Mosteiro de Břevnov foi dada em 1224 e mostra o papel significativo que os mosteiros desempenharam na história europeia.

Os mosteiros foram instituições chave durante toda a Idade Média, com funções cruciais em áreas como a educação, cultivo da terra, pastorícia e diplomacia. As famílias nobres no poder empenharam-se em estabelecer instituições bem dotadas para poderem contar com elas como bases leais e fiáveis.

O Mosteiro de Břevnov é um mosteiro beneditino em Břevnov, distrito de Praga, a capital da República Checa. Břevnov era originalmente uma povoação separada.

Foi anexado à capital em 1907, e faz parte de Praga desde 1921.

O Mosteiro foi fundado por São Adalberto, o segundo Bispo de Praga, em 993. Foi o primeiro mosteiro masculino beneditino nas Terras da Coroa da Boémia (Boémia, República Checa).

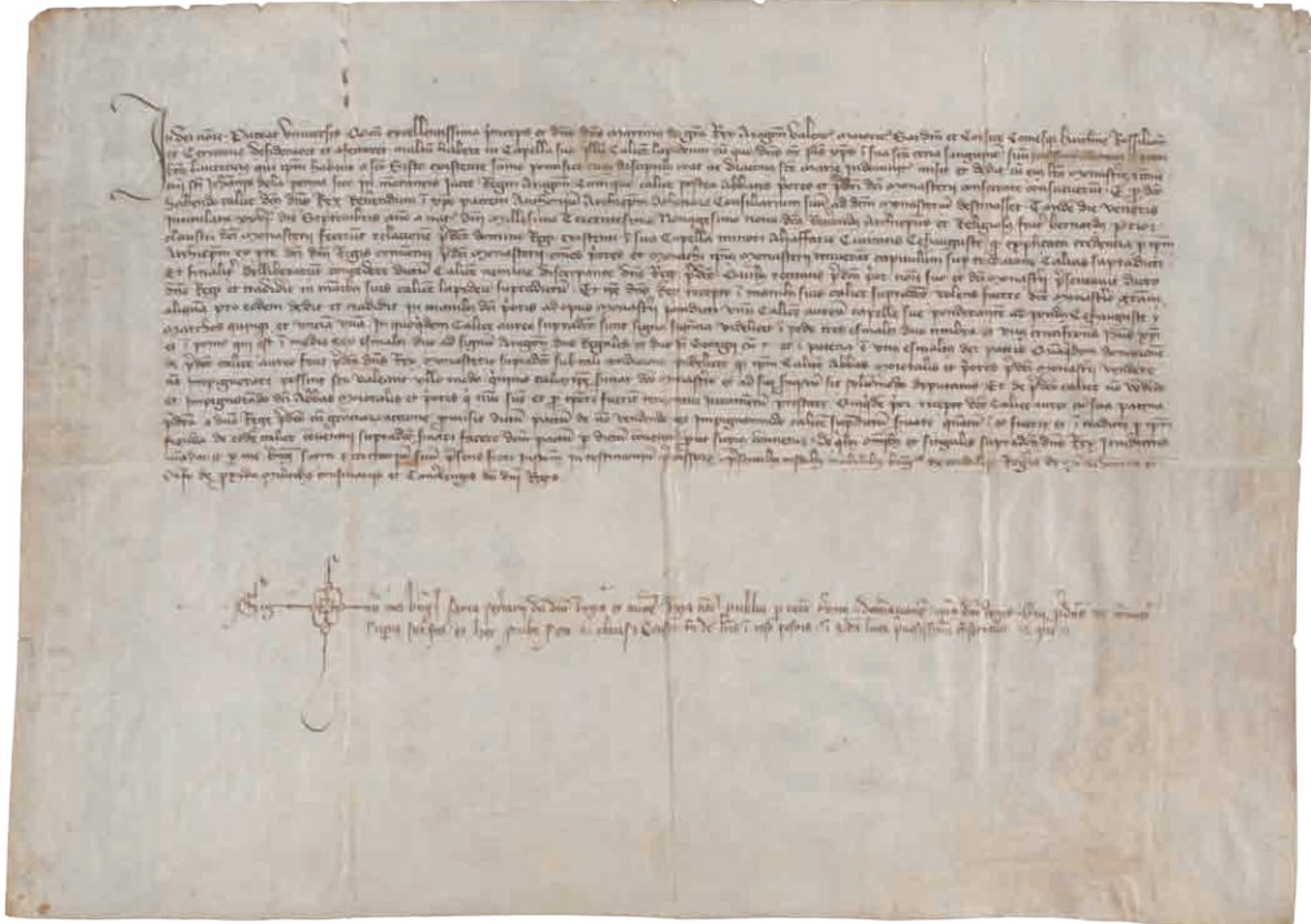
Desempenhou um papel central na história eclesiástica da região da Europa Central e Oriental, originando mosteiros filiais fundados em Broumov e Police no norte da Boémia. O Mosteiro é também famoso como o mais antigo local de fabrico de cerveja, a Cervejaria do Mosteiro de Břevnov, na República Checa.

Carta de Privilégio do Mosteiro de Břevnov, 24-06-1224, Praga (República Checa)

Carta de pergaminho com 5 selos pendentes (diferentes dimensões); 45 x 56 cm - 2,2 cm

Arquivos Nacionais da República Checa

Código de referência: CZ NA ŘBB Inv. No. 10



Acto de entrega do Cálice Sagrado existente no mosteiro de San Juan de la Peña ao Rei Martin I de Aragão, 26-09-1399, Barcelona? (Espanha)

Manuscrito em pergaminho, 31,5 x 44,5 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo da Coroa de Aragão

Código de referência: ES.08019.ACA/9.1.3.9.-1//ACA,CANCILLERÍA,Pergaminos,Martín I,Carp.323,136

O Cálice Sagrado

Este documento de Espanha, datada de 1399, é de grande significado eclesiástico e histórico. Regista a entrega de um cálice de pedra ao Rei Martin I de Aragão, que tinha sido preservado no mosteiro de San Juan de la Peña e identificado desde o século XII como o Santo Graal. Na tradição cristã, o Cálice Sagrado ou Santo Graal, é o recipiente que Jesus Cristo utilizou para servir vinho na Última Ceia.

A entrega foi feita pelo prior do mosteiro e pelo arcebispo de Atenas, a quem o rei tinha encomendado a aquisição do cálice e o depósito na sua capela. Em agradecimento, o rei ofereceu ao mosteiro um cálice de ouro. O ato foi autorizado pelo secretário real a 26 de Setembro de 1399.

No início o cálice foi guardado, juntamente com muitas outras relíquias, na capela do palácio real em Barcelona.

Mais tarde, em 1437, um grande número destas relíquias, incluindo o cálice, foram entregues pelo rei Alfonso V à catedral de Valência como garantia de um empréstimo para financiar as suas campanhas militares em Itália. Permanece lá até hoje, preservado numa capela da catedral e atraindo os fiéis em peregrinação.

Em 1982 o Papa João Paulo II celebrou missa com o Cálice Sagrado, tal como o Papa Bento XVI em Julho de 2006, na Missa de encerramento do V Encontro Mundial das Famílias em Valência, quando o descreveu como *“este cálice mais famoso”* (*“hunc praeclarum Calicem”*).

A sua importância é reforçada pelo facto de ser um dos poucos recipientes do Cálice Sagrado que restam na Europa.



A Bíblia dos Jerónimos: a *Vulgata*

Este documento em latim, é conhecido como a Bíblia dos Jerónimos. Tem a seguinte estrutura: um prólogo do seu tradutor, São Jerónimo; *Profetas* (ou *Comentários*) de Nicholas de Lira; o texto Bíblico *Adições e Réplicas* de vários autores.

São Jerónimo (Eusebius Sophronius Hieronymus, c. 347-420), foi um sacerdote e teólogo que traduziu a maior parte da Bíblia para o latim em 382 DC. A sua tradução, aqui encontrada, ficou conhecida na altura como a *Vulgata*.

A *Vulgata* era a versão oficial em latim das Bíblias impressas desde o século XVI, reconhecidas como tal pela Igreja Católica no Concílio de Trento (1545-1563). A edição Clementina da *Vulgata* (1592) permaneceu como texto bíblico padrão do Rito Romano até 1979, quando a *Nova Vulgata* foi promulgada.

Sabemos pouco sobre a história deste códice. Em Abril de 1494, um comerciante florentino, Clement Sernigi encomendou uma Bíblia juntamente com um volume do Mestre de Sentenças (escrito por Pedro Lombardo), através de um contrato notarial com Vante Gabriel de Atavante.

A Bíblia dos Jerónimos foi mais tarde doada ao mosteiro de Santa Maria de Belém, da Ordem de São Jerónimo em Portugal. Durante a primeira invasão de Napoleão a Portugal, as suas tropas foram lideradas pelo General Andoche Junot, que levou este documento de volta a França em 1808. Após a queda de Napoleão, o rei Luís XVIII devolveu-o a Portugal, a Bíblia chegou de volta à Ordem de Jerónimo, os Jerónimos, em 1815. Isto é típico dos códices medievais que tiveram frequentemente uma história de aventuras.

| *A Bíblia dos Jerónimos*, volume 1, 1495, Lisboa (Portugal)

| Um códice em pergaminho, com ricas ilustrações, a cor, contendo 516 fólios; 40,8 x 28,3 cm

| Portugal – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

| Código de referência: PT/TT/MSMB/A/L67



A Missa de Santo Olav

Este documento medieval do século XV oferece uma visão vívida da história eclesiástica do Norte da Europa.

Infelizmente preservado em fragmentos, foi um dos cerca de 6000 fragmentos de pergaminho de livros de missal católicos que, após a Reforma, foram cortados em pedaços mais pequenos e reutilizados como encadernação para contas enviadas pelas autoridades norueguesas ao Governo em Copenhaga, principalmente no século XVII. No século XIX, os arquivos foram transferidos para o Arquivo Nacional da Noruega, onde os fragmentos foram separados das contas e acrescentados à sua coleção de fragmentos.

O manuscrito é um exemplo único de criatividade poética e musical de um período pouco documentado da história norueguesa. Contém parte de uma missa dedicada à celebração de Santo Olav (Olaf) no seu dia de festa, *Olsok*. O Rei Olav II Haraldsson da Noruega foi considerado o Eterno Rei da Noruega (*Rex perpetuus Norvegiae*). Tradicionalmente celebrado a 29 de Julho, o

Olsok assinala a sua morte na Batalha de Stiklestad, na Noruega, em 1030. Segundo a *Crónica Anglo-Saxónica* de 1030, foi morto por um dos seus antigos aliados durante a batalha.

Olav II foi canonizado pelos bispos locais em 1031, tendo o Papa Alexandre III confirmado esta canonização local em 1164. O aniversário da morte e do martírio de Santo Olav foi objeto de celebração eclesiástica em toda a região nórdica e noutras partes do Norte da Europa. A sequência "*Lux illuxit*", composta em parte por músicas tradicionais norueguesas e escandinavas, foi criada em ligação com estas celebrações, provavelmente na segunda metade do século XII.

A sequência é um exemplo raro de uma liturgia precoce, criada localmente na Noruega e mostra o estreito contacto que existia entre a liturgia eclesiástica norueguesa e europeia, e a vida eclesiástica. O documento mostra também a forte posição que Santo Olav manteve na consciência local nos séculos que se seguiram à introdução do cristianismo na Noruega.

A Missa de Santo Olav, Século XV

1 folha, fragmento, manuscrito e neuma (notação musical) em pergaminho; 21 x 30 cm

Arquivos Nacionais da Noruega

Código de referência: EA-5965 The National Archives' Collection of Mediaeval Charters, F27 Fragments in Latin, 986.8

+
la Reyna 7 Julio de 1531.

Don gomez de bercedias mariscal de farnesca ya Sabéis como el Emp^{er} y
 Rey nro Señor de puer de auri tomase las coronas el sacro y nperio paso en
 Alemania el farnesca glos q sigue aqlla mala de la de auri de auri de
 a ma fee y el trabajo q su mag y el de^{mo} Rey de romanos pasara
 en la ditta q entonces detou en aqllas pts y como no se pudo tomar nungun
 buen medio con ellos por nros q se farto y dora nent se desolava enq
 no le podia aver sin conalio general el qual su mag a fozado con nro nro
 santo padre y con los farnesca y pianos y enbio fsonas q pias dntendier con ellos
 y como en esto parca q a dia dilacion entretanto vino a visitar sus señores
 de flandres quando en alemania al es de^{mo} Rey nro hermano farnesca con los
 electores y farnesca cash farnesca toa dia se concoztor algun buen efeto con
 los dchos luteranos de mana q su mag este año se pudiera venir de los
 dchos Reynos los quales le servian agora el trabajo enq aqlo esta por q
 nosola ment los luteranos haze lo solian pero como vean q lo conalio
 desonde espoua fmedio de dilata andan con mas deo de quencia continan
 do sus herros y estando su dal fsona absenti no a provechava hazer
 ninguna diligencia con ellos y q consu fsona se podria tomar con brevedad
 algun buen dimento suplicandole q tomase aqll trabajo y q no los dexase
 en tanta confusio. Su mag visto todo lo q se deo se puse a averlo muy
 bien dilataado y pensado. temiendo q se oyo a lo q es obligado como cash
 farnesca puer como tal la ma farnesca cosa por q salio de pama fneza
 farnesca y fmediar las cosas de la fee de consideranda q Nimenzo de y
 de andolo como a qora le sta q varia todo en qm turbava y la xpunta
 en el mismo deligo a nra con descreo nros de dilatar algo dubia a ven
 turada vempo de los dchos q es la cosa al mundo q mas de sea y le condie
 ne a de terminado se oyo pome de al trabajo y de tornar a hazer su camino p
 alemania a fbarlo q podria hazer en el fmedio de la fee por q de esta
 mana no pudiera tener contentam y por q de mas de su mag oblig
 dello ansi por tocar a ma fee q en nros puede faltar como a lo dymdas
 q esto le dio q don farnesca cash q don q se hallara en estos Reynos
 se necesitara aye dntender en el fmedio de lo fnepo luego todo lo
 q con dem p f las cosas de comencasen a nro paz y enbio por algunas
 slos farnesca q le porsion en ello se deo y andar para q salgan al

FMS 21/30
 A. H. N.
 NOBLEZA

Cartas privadas sobre a Dieta de Augsburgo

As cartas, escritas em 1531, oferecem uma visão sobre a reforma protestante e contra-reforma na Europa. Isabel de Portugal, 'Imperatriz do Cravo', escreveu ao Marechal Gomez de Benavides, Senhor de Frómista, a respeito dos esforços feitos pelo seu marido Carlos V para conseguir o regresso dos luteranos à Igreja Católica. Isabel foi regente de Espanha durante as longas viagens do seu marido pela Europa entre 1529 e 1533.

Carlos V (1500-1558) foi simultaneamente Imperador do Sacro Império Romano, Rei de Nápoles, Sicília e Sardenha, Rei dos Romanos, bem como Rei de Castela e Aragão, Arquiduque da Áustria e Senhor dos Países Baixos. O Movimento de Reforma teve um forte impacto

no reinado de Carlos como Imperador, acreditando, como ele que a religião católica e a igreja eram elementos vitais para manter a unidade do seu vasto império. Assim, mostrou-se como protetor do Cristianismo e da Igreja Católica tendo desempenhado um papel de liderança na luta contra o ainda incipiente Protestantismo.

Em 1530, Carlos convocou a Dieta de Augsburgo à união com o Regime Imperial do Sacro Império Romano, com o objetivo de recatolicização. A Dieta não atingiu os seus objetivos, o que levou à convocação do Concílio de Trento pelo Papa Paulo III, que se realizou entre 1545 e 1563 no norte de Itália.

Cartas da imperatriz Isabel de Portugal ao marechal Gomez de Benavides, sobre os esforços feitos por Carlos V para os luteranos regressarem ao catolicismo e à Dieta de Augsburgo, 07-07-1531, Ávila (Espanha)

2 folhas, manuscrito sobre papel; 28,5 x 21,5 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo Histórico da Nobreza

Código de referência: ES.45168.AHNOB/2.12.5.5//FRIAS,C.21,D.70



Um Mapa Cronológico das Viagens de São Paulo

Abraham Ortelius (1527-1598) construiu este mapa em 1579.

Ortelius era originário do Ducado de Brabante, na Holanda, um cartógrafo e geógrafo que fez o primeiro atlas moderno, o *Theatrum Orbis Terrarum* (Teatro do Mundo). É considerado o pai fundador da cartografia e da geografia nos Países Baixos, e mesmo na Europa.

Paulo de Tarso - São Paulo, apóstolo Paulo - é uma figura importante do cristianismo primitivo, cujas cartas constituem uma parte importante do Novo Testamento. O mapa regista as viagens de São Paulo desde a Sicília até às regiões mais orientais do Mediterrâneo. Acredita-se que levou o cristianismo à Sicília quando

visitou Siracusa em 59 D.C., como documentado nos *Atos dos Apóstolos* na Bíblia.

O mapa inclui duas pequenas vinhetas ilustradas de cada lado do título principal, a conversão (esquerda) e o naufrágio do santo em Malta (direita). A caixa de rodapé na parte inferior inclui um excerto da Epístola para os Coríntios. Um mapa semelhante figura também no já mencionado *Theatrum Orbis Terrarum* de Ortelius, publicado em 1570.

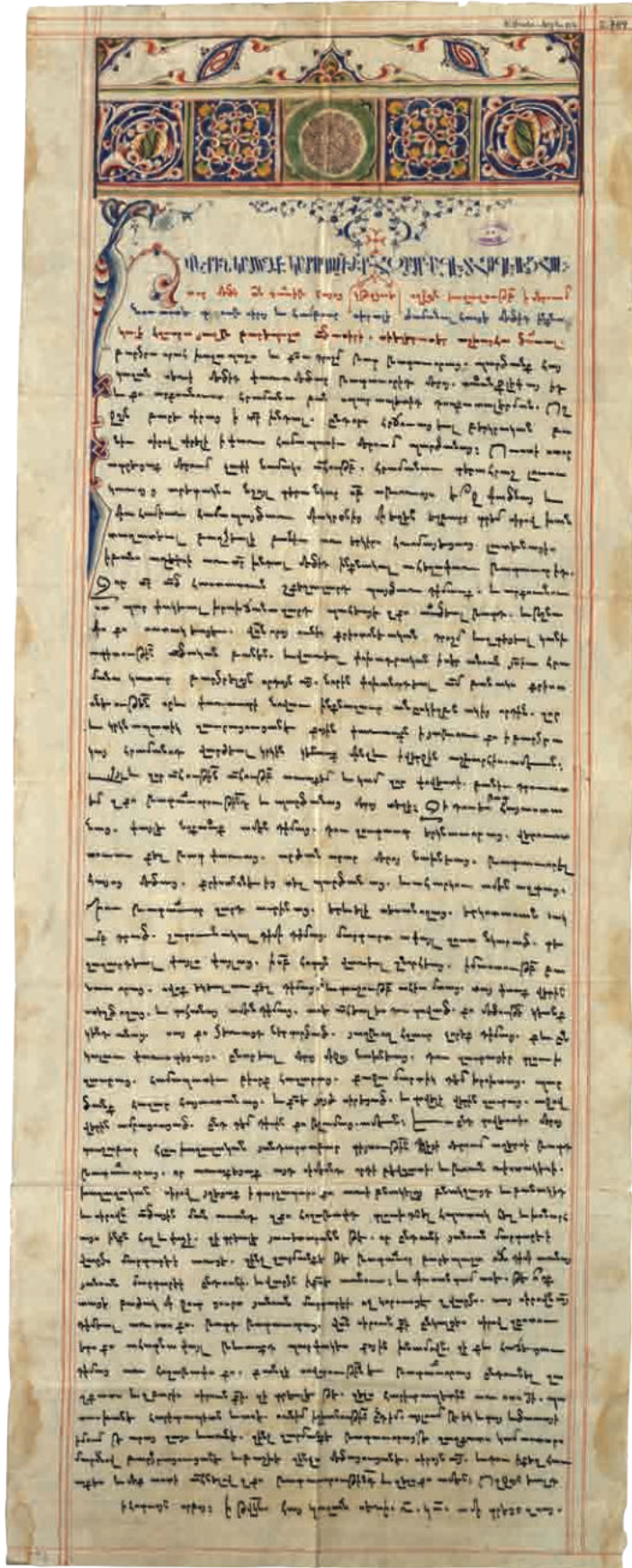
O documento, da época de ouro da cartografia holandesa, ilustra apenas uma das ligações entre a história da ciência e do cristianismo na Europa.

Peregrinationes divi Pavli / Typvs corographicus (Um Mapa Cronológico das Viagens de São Paulo), 1579

1 folha, mapa impresso sobre papel; 60 x 80 cm

Património de Malta

Código de referência: Inventory No. 31665-60



Oferta de espionagem aos Impérios Turco e Persa

O Patriarca Católico da Arménia, David IV Vagharsapat (1590-1629) enviou esta carta a Filipe III (1578-1621), Rei de Espanha, explicando a sua situação e oferecendo-se para servir a Espanha como agente secreto nos domínios da Pérsia e da Turquia. A Igreja Católica Arménia é uma das igrejas orientais que reconhece a liderança do Bispo de Roma, utilizando o rito arménio e a língua arménia na sua liturgia eclesiástica.

Houve uma forte presença arménia em Espanha durante o reinado de Filipe III, devido à situação política e religiosa no seu país. A Guerra Otomano-Safávida (1578-1590), entre a Pérsia Safávida e o Império Otomano, afetou a Geórgia, a Arménia e o Curdistão. Como resultado, a população e a hierarquia cristã indígena tiveram de se exilar, acabando muitas pessoas por irem para Itália e Espanha.

Uma grande parte da população arménia foi deportada para o interior da Pérsia após a ocupação de Yerevan por Abbas I da Pérsia (1571-1629) por volta de 1604. O patriarca David IV e outros padres atenderam às necessidades espirituais dos deportados na sua nova povoação, Nova Djulfa de Isphahan, um bairro arménio de Isfahan no Irão. Foi aqui que escreveu esta carta a Filipe III em 1614.

Em troca da espionagem dos impérios Turco e Persa, David IV pediu ajuda económica para as Igrejas Orientais juntamente com apoio político para si próprio na luta pela relevância religiosa na Igreja Arménia.

A carta elucida-nos sobre a história dos conflitos religiosos menos conhecidos durante o Período Moderno Primitivo, tal como visto da perspectiva da Igreja Cristã Oriental.

Carta do patriarca da Arménia, David IV Vagharsapat, a Filipe III, Rei de Espanha, manifestando a sua fé e oferecendo-se para servir a Espanha como agente secreto nos domínios da Pérsia e da Turquia 1614, Isfahán (Irão)

1 fólio em papel de arroz, manuscrito a tinta; 93 x 37 cm

Arquivos do Estado Espanhol - Arquivo Geral de Simancas

Código de referência: ES.47161.AGS/3.5.4//EST,LEG,2709,143



Decreto Real sobre a caça às bruxas, 12-10-1617, Copenhaga (Dinamarca)

1 folha, impresso e selado em papel; 30 x 22 cm

Arquivos Nacionais da Noruega - Arquivo Regional do Estado de Stavanger

Código de referência: SAS/ A-101870/ Oa/ L0002/ 0002, nr. 38

Decreto Régio sobre a caça às bruxas

As leis na maioria dos estados europeus durante o Período Moderno Primitivo foram fortemente influenciadas pelo Cristianismo e pela Igreja Cristã. A Dinamarca e a Noruega não foram exceções, como podemos ver neste decreto real sobre a caça às bruxas.

Em 1617, no centenário da Reforma, Cristiano IV (1577-1648), o Rei da Dinamarca e da Noruega emitiu um decreto abolindo a feitiçaria. O Rei, como todos, acreditava na existência de magia e feitiçaria. O decreto sobre feiticeiros e os seus seguidores, conhecido como *A Ordem sobre Feitiçaria*, estava de acordo com a austeridade espiritual iniciada pelo Estado e pela Igreja. O centenário da Reforma foi visto como um momento adequado para a Igreja e o rei restaurarem a moral cristã e apertarem o seu controlo na luta contra, o que eles viam como o modo de vida pecaminoso do povo.

O decreto representou um ponto de viragem na acusação de feitiçaria, que até então tinha sido vista como uma atividade inofensiva utilizada para curar doenças em pessoas e gado. Mas estava agora determinado que isto era contrário à lei de Deus e o primeiro passo no caminho para o Diabo. No decreto, as autoridades criminalizavam não só a

feitiçaria prejudicial (*maleficium* ou magia negra) mas também a magia branca, que não era considerada prejudicial para os outros. Isto trouxe a um alinhamento da lei secular com a visão da igreja sobre a magia branca.

O decreto diferenciava entre magia branca e negra em termos de castigo. Enquanto os praticantes de magia branca eram castigados economicamente e enfrentavam o banimento, os praticantes de magia negra, “os verdadeiros feiticeiros” que tinham feito um pato com o Diabo, deviam ser queimados na fogueira. O decreto também condenava as pessoas que se aconselhavam com esses praticantes. Além disso, os funcionários do Estado foram ordenados a processar quaisquer feiticeiros ou clientes destes, que conhecessem.

Estima-se que foram enviados 2000 casos de feitiçaria para tribunal na Noruega nos séculos XVI e XVII. Cerca de 350 pessoas foram executadas, a maioria das quais queimadas na fogueira. A última sentença de morte por feitiçaria na Noruega foi executada em 1695. Vários casos de feitiçaria foram levados a tribunal durante o século XVIII, mas ninguém foi condenado à morte.



Tese de Antal Pál Draskovich impressa em seda

Antal Pál Draskovich de Trakostyán (1668-1693) pertencia a uma família nobre húngara de origem croata. A sua curta história de vida ilustra o tipo de educação disponível para os nobres da Europa Central durante esse tempo.

O seu pai foi o Presidente do Supremo Tribunal Miklós Draskovich no Reino da Hungria, ocupando a segunda posição entre os principais dignitários daquele país. Miklós Draskovich foi executado em Viena devido ao seu envolvimento na conspiração Wesselényi (ou Magnate) contra os Habsburgos, uma tentativa de derrubar o reinado daquela dinastia na Hungria e Croácia. A mãe de Antal Pál Draskovich era Krisztina Nádasdy, membro de duas famílias nobres muito poderosas do país.

Antal Pál recebeu uma educação católica rigorosa, estudando na Universidade de Nagyszombat, que foi fundada em 1635 e passou a ser a principal universidade do Reino Húngaro. (Nagyszombat é hoje Trnava, Eslováquia.) Na universidade, seguiu cursos

básicos de filosofia e artes - lógica, física e metafísica. Os estudantes frequentavam cursos teológicos ou jurídicos. De acordo com os novos princípios educativos introduzidos pelos Jesuítas, a ênfase foi colocada principalmente na aprendizagem empírica durante a educação. Por conseguinte, tanto os conhecimentos adquiridos como as competências oratórias, ou de discussão, desempenhavam um papel importante durante os exames.

Há seis itens na tese de Antal Pál Draskovich, explicando o assunto e reconhecendo a utilidade da lógica. O texto impresso em seda é rodeado por uma decoração floral pintada à mão, ricamente colorida, embelezada com o brasão de armas da família Draskovich. Estas páginas da tese decoradas (na sua maioria impressas em papel, por vezes em pergaminho ou em seda) foram afixadas no local do exame, tendo sido enviadas aos convidados.

Esta folha da tese foi provavelmente feita para Palatine Pál Esterházy, o poderoso tio de Antal Pál.

Folha da Tese de Antal Pál Draskovich, 09-02-1686, Trnava (Hungria: Nagyszombat) (Eslováquia)

1 folha em seda, colorida e impressa, 51 x 77 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de referência: HU-MNL-OL – P 125 – № 11961



A Sagrada Mão Direita

A mão direita naturalmente mumificada de Santo Estêvão I, o primeiro rei da Hungria (997-1038), é uma das relíquias nacionais húngaras mais significativas, encontrada quando a sua sepultura foi aberta em 1083.

Foi homenageado por ordem deste decreto, de Maria Teresa (1717-1780), Arquiduquesa da Áustria, Rainha da Hungria e Boémia e - como esposa do Santo Imperador Romano, Francisco I - Imperatriz, que governou o Reino Húngaro durante quarenta anos (1740-1780). Durante o seu reinado, ela introduziu várias medidas significativas, incluindo reformas económicas, educacionais e culturais. Por este decreto ela estabelece como é que a relíquia deveria ser honrada.

A mão mumificada passou por algumas aventuras ao longo dos tempos. Durante a ocupação turca, acabou em Dubrovnik (ou Ragusa, Croácia), onde foi guardada por frades dominicanos, atraindo um número crescente de peregrinos para a cidade. Maria Teresa negociou o regresso da Sagrada Mão Direita em 1771, oferecendo em troca à histórica cidade de Ragusa a sua proteção contra a ameaça de invasão russa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Sagrada Mão Direita foi escondida - à semelhança das jóias da coroação - perto de Salzburgo, na Áustria. A relíquia chegou à Hungria em 1945, e tem estado exposta na Basílica de Santo Estêvão em Budapeste desde 1987.

Ordem da Rainha Maria Teresa para honrarem a Santa Mão Direita do Rei Santo Estêvão,
07-08-1772, Viena (Áustria)

Livro em pergaminho com selo pendente (o maior selo secreto Húngaro), contendo 11 páginas; 24 x 34 cm em posição fechada, 49 x 34 cm em posição aberta, diâmetro do selo com a respetiva caixa: 10 cm (sem caixa: 8 cm)

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de referência: HU-MNL-OL – C 90 – № 11

Plano para uma Capela Sepulcral em Malta

O documento é a planta de uma capela sepulcral de 1872, localizada no Cemitério Maria Addolorata em Malta. Mostra a evolução dos costumes sepulcrais no cristianismo, neste caso a introdução de cemitérios extra-muros em meados do século XIX em Malta.

Com a ressurreição de Cristo e a crença na ressurreição do corpo no seu núcleo, o cristianismo sempre assegurou que os corpos dos fiéis fossem tratados com respeito e reverência, e enterrados num lugar seguro. Não havia medo de degradação, pois os cristãos acreditavam que através da purificação permanente do baptismo, o corpo seria transformado e ressuscitado em vida eterna no fim dos tempos. Os cristãos tinham menos necessidade do que os seus vizinhos de apaziguar os seus mortos, que eram eles próprios menos suscetíveis de regressarem como fantasmas infelizes. Os não cristãos observavam a alegre disposição nos funerais cristãos e a forma como eram realizados enterros decentes mesmo aos mais pobres. Além disso, os cristãos evitavam a cremação e praticavam enterros desde os tempos mais remotos.

Na segunda metade do primeiro milénio, as sepulturas começaram a aglomerar-se dentro e em redor das igrejas. Este processo moldou a paisagem da cristandade ocidental, com os vivos e os mortos a formar uma única comunidade, “partilhando” um espaço comum. Estes desenvolvimentos tiveram o efeito de unificar a Europa Ocidental mais em torno de rituais partilhados do que de estruturas políticas comuns.

A menos que a morte fosse devida a uma praga ou doença contagiosa, a preferência dos malteses era pelo enterro intramuros das igrejas e capelas em redor da sua área local. A introdução de cemitérios extra-muros em meados do século XIX criou uma grande controvérsia em Malta. A igreja local opôs-se veementemente tanto ao princípio de estabelecer cemitérios fora dos limites das paróquias locais como ao princípio do enterro multi-fé.

O impulso para a mudança veio de um relatório sanitário mordaz sobre o risco sanitário de enterros contínuos em igrejas portuárias sobrelotadas, juntamente com o facto de os cemitérios protestantes terem atingido a capacidade máxima. A questão foi resolvida em Malta com a promulgação da Portaria do Enterro, em Maio de 1869, que proibia o enterro de cadáveres nas cinco cidades portuárias (Valletta, Floriana, Vittoriosa, Senglea e Cospicua), as áreas mais densamente povoadas de Malta. O Cemitério Addolorata foi aberto por volta dessa data, crescendo ao longo do tempo para se tornar o maior cemitério de Malta.

No início, a população recusou-se a utilizar o Cemitério Addolorata. Na realidade, levaria três anos até que alguém fosse enterrado neste cemitério, tendo sido o corpo não reclamado de uma mulher que morreu no hospital em Floriana.

Plano para uma capela sepulcral a ser construída no Cemitério de Addolorata, 20-07-1872, Valletta (Malta)

2 folhas, plano manuscrito sobre papel; 37,3 x 55 cm

Arquivos Nacionais de Malta

Código de referência: NAM/PDM/61691

04

A Herança do Iluminismo

O Iluminismo foi um movimento intelectual, filosófico, cultural e social que teve início no século XVII, também conhecido como A Idade da Razão. As suas ideias radicais tiveram um impacto fundamental na Europa e no mundo. Na esfera política, culminou com a revolução francesa no final do século XVIII, mas os seus efeitos intelectuais continuam a definir o nosso mundo de hoje.

A Idade da Razão foi também possível graças às realizações da “Revolução Científica”, que tinha tido início por volta de 1500. As obras de cientistas e filósofos como Isaac Newton e John Locke questionaram as bases da velha ordem durante os finais do século XVII. As obras de Newton mostraram que o mundo era regulado por leis naturais e não por uma força espiritual, enquanto que a teoria do contrato social de Locke representava a sociedade e o Estado como resultado da vontade humana coletiva.

Figuras iluministas do século XVIII, como Voltaire e Denis Diderot em França, e David Hume na Grã-Bretanha, realçaram a capacidade de todos os seres humanos para o pensamento racional e crítico. Esta ideia também inspirou as pessoas a mudar a forma como encaravam o governo e o papel do cidadão durante a Idade da Razão.

John Locke defendeu que as pessoas deveriam ter o direito de mudar um governo que não garanta uma vida segura, liberdade e propriedade. Montesquieu escreveu sobre a separação do poder, argumentando que este não deveria estar concentrado nas mãos de um único indivíduo. Jean-Jacques Rousseau salientou que a sociedade deveria ser governada pela “vontade geral” do povo.

O Iluminismo também questionou os fundamentos religiosos e autoritários tradicionais do Estado e da sociedade. Como mostram os documentos da exposição, isto afetou o pensamento dos representantes à época, da igreja e dos monarcas no poder.

A crença na vontade humana, liberdade e igualdade forjaram os princípios da Revolução Francesa e da Constituição Americana. O iluminismo transformou assim o mundo ocidental numa civilização mais democrática e consciente de si mesmo, inspirando o sistema político da democracia liberal na Europa e noutros continentes. Os documentos desta exposição também mostram os seus efeitos indiretos, tais como o nascimento de constituições democráticas e movimentos feministas, fundados em ideias de igualdade.

O iluminismo elevou o pensamento independente, o que teve impacto em áreas fora da política como a matemática, física e medicina. O desenvolvimento destas disciplinas e a mudança de pensamento desencadearam pelo menos indiretamente a chamada “Revolução Industrial”, conduzindo a uma era de invenção e urbanização. Embora as ideias do Iluminismo não se tenham espalhado imediatamente por todos os países da Europa e por todas as classes sociais, elas afetaram gradualmente quase todos os aspetos da vida quotidiana. Criaram uma nova Europa e um novo mundo ou pelo menos uma construção alternativa revolucionária do mundo conhecido. Esta exposição também gostaria de mostrar e documentar tais mudanças na Europa.

Carta de István Werbőczy sobre a Igualdade de Justiça

István Werbőczy (Verbőci) (ca.1458-1541) foi um estadista, jurista e diplomata, cuja codificação da lei húngara serviu como texto jurídico básico do Reino Húngaro durante mais de 400 anos.

Esta sua carta mostra o conceito de justiça e igualdade no Reino Húngaro durante o século XVI.

Werbőczy foi encarregado pelo Rei Vladislau II de compilar a lei consuetudinária e estatutária do Reino Húngaro. A sua obra, o *Tripartitum* (1514) proclamou a completa igualdade de todos os nobres, grandes e pequenos, e sublinhou os direitos da aristocracia em detrimento da soberania real. Durante o reinado do sucessor real e filho de Vladislau, o Rei Luís II, Werbőczy serviu em várias missões diplomáticas para obter uma aliança contra os turcos. Foi eleito palatino em 1525, mas foi de imediato forçado a demitir-se. Werbőczy apoiou o requerente à sucessão real, János

Szapolyai (mais tarde Rei João I) contra Fernando de Habsburgo, após a catastrófica Batalha de Mohács em 1526, após a qual o Império Otomano ocupou uma parte significativa do Reino Húngaro. Ascendeu à categoria de chefe de justiça em 1541, depois de Buda - centro administrativo e sede real do Reino Húngaro (hoje parte de Budapeste, Hungria) - ter sido permanentemente ocupado pelos otomanos. No entanto, foi envenenado e morreu no mesmo ano.

Esta sua carta privada, datada de 1524, foi dirigida a András Bátori, cujo litígio imobiliário com János Szerecsen deveria ser decidido por sorteio, de acordo com a decisão de Werbőczy. Bátori ficou descontente com este resultado e escreveu uma carta de reclamação a Werbőczy, que respondeu que era obrigado a fazer justiça igual para todos, independentemente da sua identidade, mesmo que fosse judeu ou cigano, desde que fosse um súbdito da Santa Coroa deste reino.

Uma Carta de Lei relativa aos Escravos Africanos

Esta carta de lei de 1761, aprovada pelo Rei D. José I de Portugal (1714-1777), diz respeito à situação dos escravos africanos à sua chegada a Portugal. Relembra-nos um capítulo trágico da história europeia e mundial, em que a escravatura e a colonização eram frequentes. A Carta declara que, desde o tempo mencionado, os escravos africanos (negros) que são transportados para Portugal a partir da América, África e Ásia, serão considerados livres assim que chegarem aos portos do reino.

A escravatura, com a sua longa história, tinha quase deixado de existir na Europa medieval. No entanto, começou a reaparecer no século XV, por exemplo quando o príncipe português Henrique (1394 -1460) iniciou a escravatura dos berberes em 1442. Isto coincidiu com o crescimento global do colonialismo, também conhecido como “A Época das Descobertas”.

Estima-se que o tráfico de escravos no Atlântico tenha levado entre 10 a 12 milhões de escravos africanos

para o Novo Mundo, conhecido como as Américas. Um grande número de escravos africanos foi também forçado a viver e trabalhar nos países europeus que praticavam o colonialismo. Por exemplo, em 1552, os escravos africanos representavam cerca de 10% da população da capital portuguesa, Lisboa.

O Movimento Abolicionista visava pôr um fim à escravatura para sempre. O legado desse movimento é uma componente chave dos direitos humanos universais, uma vez que as potências europeias eliminaram ou limitaram a escravatura nos seus países, antes de tomarem medidas para acabar com o tráfico de escravos em todo o mundo.

Este documento foi um passo importante nesse processo.



Diploma Maçónico do Cavaleiro de Lincel, 13-02-1766, Toulon (França), (Ano Maçónico de 5766)

1 folha, manuscrito com uma rica decoração em pergaminho; 34 x 57 cm

Arquivos da Catedral (Malta)

Código de referência: AIM Processi Criminali 164. ff. 366v-367r

Diploma Maçónico do Cavaleiro de Lincel

Este documento foi criado por uma Loja Maçónica, a Loja de São João do Segredo e da Harmonia, em Malta, durante 1766.

Mais tarde confiscado pela Inquisição, o pergaminho inclui emblemas e símbolos típicos das lojas maçónicas do século XVIII. As Lojas eram os órgãos básicos da Maçonaria, que consistiam em organizações fraternais. Estes grupos têm as suas origens nas fraternidades locais dos chamados pedreiros-livres, que datam eles próprios dos finais do século XIV. A natureza secreta da Maçonaria tem atraído suspeitas e teorias conspiratórias ao longo dos séculos.

A primeira presença da Maçonaria em Malta data de 1730, quando alguns membros da Ordem de São João começaram a interessar-se pelas atividades maçónicas. Eventualmente, a adesão maçónica tornou-se mais generalizada entre os cavaleiros, bem como entre algumas personalidades maltesas proeminentes. Os Cavaleiros foram iniciados na Maçonaria, quer nos seus países de origem, quer em Lojas em Malta. Viajando regularmente de e para o continente, desenvolveram relações estreitas entre as Lojas de Malta e as dos principais portos franceses do Mediterrâneo, como Toulon e Marselha, particularmente entre 1760 e 1780.

A *Loja da Parfait Harmonie* foi estabelecida em Malta sob a Grande Loja de França (mais tarde conhecida como Grande Oriente de França), de acordo com um mandado emitido em 13 de Fevereiro de 1766 por René-Augustin Beufvrièr de la Loueie, um oficial da Marinha Real Francesa. Beufvrièr tinha estabelecido várias Lojas Militares Navais nomeando-as “*Parfait Harmonie*”. Nesta autorização, o Cavaleiro de Lincel foi dotado de plenos poderes para estabelecer a Loja em Malta.

A Igreja Católica proibiu pela primeira vez os católicos de se tornarem membros de lojas maçónicas em 1738, sob Clemente XII (Papa entre 1730-1740). O Papa Bento XIV, chefe da Igreja Católica entre 1740 e 1758, emitiu uma bula contra a Maçonaria em 1752. Impresso em Malta em 1786, esta bula realçou a extensão destas sociedades clandestinas e proibidas na ilha.

O Tribunal da Inquisição em Malta constituiu mais de 20 casos de Maçonaria na segunda metade do século XVIII. Entre os acusados durante a década de 1760 estavam Giuseppe Zahra, um professor maltês de matemática, e John Dodsworth, o cônsul britânico em Malta. O compositor maltês Nicolò Isouard foi também acusado em 1794.

MARIA THERESA DEI GRATIA Romanorum Imperatrix Vidua,
 Hungariae, Bohemiae, Dalmatiae, Croatiae, et Sclavoniae, Regina
 Apostolica; Archidux Austriae &c.

Serenissime Dux, Consanguinee Nobis charissime Reveren-
 ditissime, Reverendi, Speciales, ac Magnifici, nec non Magnifici, &
 Gregii, Fideles Nobis dilecti! Quandoquidem clementer resolvisse-
 mus, & consuevissemus: ut Tormentalia Examina ab Exemplo in plu-
 ribus Provinciis jam recepto circa aliquam Reservationem in univ-
 ersis hereditariis Provinciis nostris auferantur, & aboleantur.

Hinc sapienter sequitur, quod in futurum Iudex in Casibus Crimi-
 nalibus Processum Inquisitorium attunc concludendum habeat, dum
 ille juxta modernam Normam, seu Brascriptum Indicia ad Tormentum
 sufficientia adesse non invenerit, ac alia atrociora Media ad Condemna-
 tionem sufficientia non superaverint: Nihilominus tamen in ejus-
 modi Inquisitorij Processus Conclusionem per subsequentem decisivam
 Sententiam unice quapiam poena extraordinaria dictari valebit,
 in cuius Comensuratione semper expendendum erit, an, & in quan-
 tum ejusmodi Indicia pro momentosis comperta fuerint, & qua-
 liter illa ad plenam facti Accusationis probam vicinius, aut remo-
 tius accedant? praesentem vero Inquisiti, vel Indicia perma-
 nentia, quae videlicet per Inquisitum haud elisa, & diluta, aut vero
 ex officio Iudicis inquirentis per Circumstantias aliunde col-
 lectas exarvata non fuerint semper extraordinarie pleccen-
 di, & pro eo, ac per similia Indicia gravari fuerint, etiam in po-
 na dictanda tractandi erunt.

In quoniam autem ejusmodi Corporales poena secundum
 disparitatem aggravantium, vel allevantium Circumstantia-
 rum consistere possent? prout et qualiter juxta Regiorum
 Constitutiones, reflectendo etiam ad hoc, ut Decentis Similium
 Hominum, quod fieri potest, Statui publico minus onerosa
 evadat, circa Reorum Castigationem pro futuro aliquo deter-
 minati statui valerent, super eo consultandum, ac insuper illud
 quoque expendendum veniret: An non etiam Moris poena succedat,
 sive, licet non ex integro, maxima tamen in parte sufferenda,
 et abolenda, ac non nisi ad atrocissima delicta referenda,
 da esset? ea cum provisione: ut in Provinciis sine propor-
 tionata

Abolição da Tortura Emitida pela Rainha Maria Teresa

O documento de 1776 refere-se à abolição da tortura no Império dos Habsburgos. É importante, na medida em que marca uma mudança de jurisdição na era do Iluminismo.

A tortura não foi proibida no período inicial do Império dos Habsburgos. Em geral, os tribunais medievais e os primeiros tribunais europeus modernos foram autorizados a utilizar a tortura como uma forma legítima de extrair confissões e obter os nomes de cúmplices ou qualquer outra informação. Durante o testemunho, o prisioneiro era ameaçado de tortura ou mesmo torturado com equipamento a isso adequado. Mesmo o Código Penal (*Constitutio criminalis Theresiana*), introduzido nas províncias checo-austríacas a 31 de Dezembro de 1768, não proibia a tortura.

Isto aconteceu em 1776 através de uma série de decretos da Imperatriz, proibindo a tortura durante os depoimentos. Um decreto real foi emitido para as províncias checo-austríacas, Banat de Temesvar (hoje dividido entre a Roménia, Sérvia e Hungria), e a Galícia (hoje dividida entre a Polónia e a Ucrânia) em 2 de Janeiro; o Reino Húngaro seguiu-se a 6 de Abril do mesmo ano. A reforma reflete a ideologia humanitária

do Iluminismo, uma vez que o Estado tentou criar condições de vida mais humanas para os seus súbditos.

As leis da tortura foram abolidas em toda a Europa em diferentes épocas. A Inglaterra proibiu-a por volta de 1640 (excepto para “*peine forte et dure*” - uma tortura em que pedras cada vez mais pesadas eram colocadas no peito do réu - que a Inglaterra aboliu em 1772); a Prússia proibiu-a em 1740, a Dinamarca por volta de 1770, a Rússia em 1774, a Itália em 1786 e a França em 1789. Os últimos países europeus a abolir legalmente a tortura foram Portugal (1828) e o cantão de Glarus na Suíça (1851).

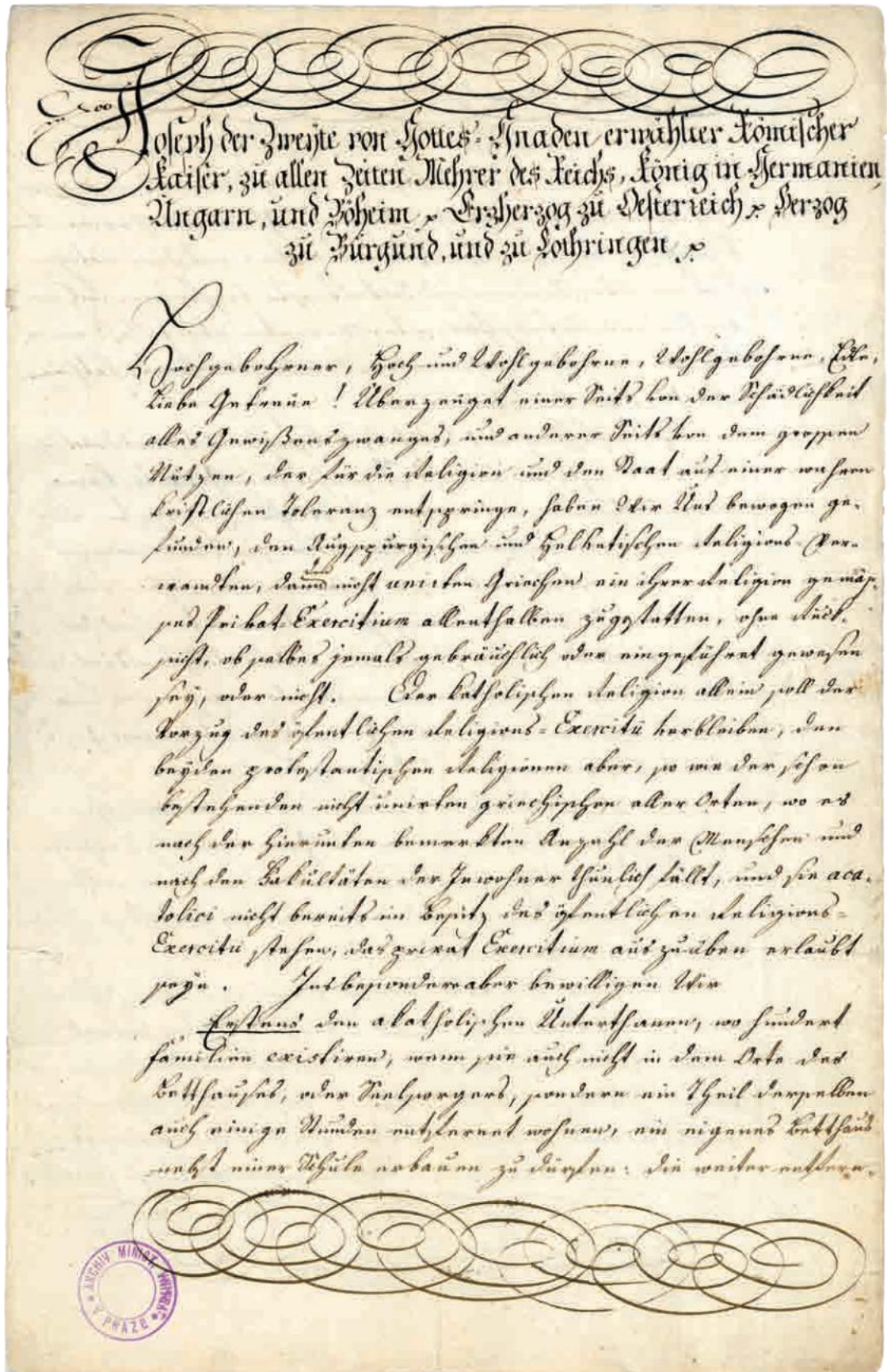
Maria Teresa (1717-1780), que defendeu a proibição durante o Império dos Habsburgos, foi a sua única governante feminina, governando durante quarenta anos (entre 1740-1780) na Hungria, Croácia e Boémia. Era também a soberana da Áustria, e a Santa Imperatriz Romana (como esposa do Imperador Francisco I). Durante o seu reinado, introduziu uma série de reformas económicas, educacionais e culturais significativas em todo o império. A unificação da jurisdição nos países do império também começou durante esta época, quando foram elaborados projetos de códigos legais.

Abolição da tortura promulgada pela rainha Maria Theresa, 02-01-1776, Viena (Áustria)

1 folha, manuscrito em papel de algodão (pau), selado com grande selo real secreto; dimensão do documento: 23,5 x 36,5 cm, diâmetro do selo: 7,5 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de referência: HU-MNL-OL – O 10 – № 90



Patente de Tolerância **Emitida pelo Imperador José II**

A *Patente de Tolerância* foi emitida pelo Imperador José II na Monarquia dos Habsburgos, a 13 de Outubro de 1781. Garantindo a liberdade de religião a três igrejas não católicas, entrou em vigor a 27 de Outubro.

José II (1741-1790) foi o Santo Imperador Romano de 1765 a 1790, co-regente com a sua mãe nas Terras Hereditárias Austríacas, até 1780. José foi o filho mais velho da Imperatriz Maria Teresa da Casa dos Habsburgos e do Imperador Francisco I de Lorena. Como governante das terras dos Habsburgos, foi um grande defensor do absolutismo iluminista e, tal como a sua mãe, realizou mudanças significativas em todo o império.

Adotando uma política de proteção social geral, reduziu o número de ordens religiosas e as suas terras, proporcionou liberdade de culto limitada e aumentou a difusão da educação. Aboliu também a servidão e a pena de morte. Algumas das suas inovações e políticas não foram aceites pelos seus contemporâneos e foram sendo abolidas por ele próprio ou pouco depois da sua morte prematura.

Com esta *Patente de Tolerância*, José II garantiu a liberdade religiosa aos luteranos, aos calvinistas e à Igreja Ortodoxa. Permitiu-lhes a realização de “sessões religiosas privadas”. Eles podiam construir uma “casa de orações”, que poderia servir como igrejas, mas não podiam ter esse aspeto; por exemplo, as suas igrejas não podiam ter torre ou sinos ou uma entrada nas ruas principais. Os casamentos mistos eram permitidos, mas se o pai fosse católico, todos os filhos deveriam ser educados como católicos; se o pai fosse não-católico, apenas os filhos poderiam ser educados como não-católicos.

Esta patente não significava na realidade liberdade religiosa, mas era um passo significativo em direção a ela. Foi seguida de outros passos - como o *Édito da Tolerância* de 1782, onde José II estendeu a liberdade religiosa também aos judeus.

O documento é um bom exemplo de como o pensamento iluminista moldou a nossa cultura moderna.

Patente de Tolerância Emitida pelo Imperador José II, 13-10-1781, Viena (Áustria)

4 páginas, manuscrito sobre papel, 37,5 x 23,5 cm

Arquivos Nacionais da República Checa

Código de referência: CZ NA ČG-DR box 365, 13. 10. 1781

Mare 1792

ancora una più disapprovazione del Corpo dell'Ordine deve ripre-
terre unicamente la ragione dal non essersi stato permesso
d'interloquirvi legalmente nel Sagra Consiglio. Certo è però, che
generale i Gran Uscia, e Cavalieri del Convento le hanno con-
dannate espressam^{te} ammirandogli nella irregolare condotta di
Ministri del Governo.

Ma à dimostrare quali sono i veri sentimenti del Muscat verso la
giurisdizione Ecclesiastica non occorrono argomenti: vi sono bastanti
prove di fatto. Spulcra queste da ben molte lettere di Monsig. Uscia-
vici, ed anche da ben molte di miei fogli dirette all'Emo Sig. Card.
Boncompagni, e à Uscia Uscia, de quali non diffondermi soverchia-
mente, mi contento d'indicare le date nel compiegato foglio.

Aggiungasi à tutto questo le premesse, e i tentativi già fatti, e che con-
tinuano tuttora à interpetrare la Corte di Napoli à sostenere le
pretese mosse contro la S. Sede.

Non vi è Persona in Malta, la q^{ue} non abbia piena cognizione
delle indecenti espressioni usate dall'ignorante della memoria sono
à lui famigliari nel linguaggio = non è più il secolo della Chiesa =
che Sagra Congregazione = voglio lajuar il vescovo con il pastorale,
e la mitra = ed altre simili, le q^{ue} non si è mai creduto di dover
valerle. Si è anche tralasciato d'indagare se realmente il Muscat
aveva presentata una proposizione vilissima, ed ingiuriosissima cioè
l'Augusta Persona di Nostro Signore, e la quale appresi da
lui detta in presenza de' Consiglieri del Magistrato, allorchè trat-
tavasi della controversia Fenech; e su questo articolo tanto
maggiore circospezione si è usata, quanto inevitabile sarebbe
stata la rovina della Persona, che ne avea fatta la confidenza,
se si fosse risaputa.

Son veri gli elogi, che si fecero del Muscat da Monsig. Uscia-
vici, e da me stesso alla Sagra Congre, ed all'Emo Sig. Card.
vici Stato, quando nel principio del suo impiego mostravasi
piuttosto moderato per gli affari Ecclesiastici, e contrario alle massime
del suo immediato antecessore Uscia Uscia, che si era reso ben
noto per la di lui avversione alla giurisdiz^{ione} Ecclesiastica.
È anche vero, che aveva una certa intelligenza col mio Uscia Uscia,

Carta de D. Gallarati Scotti ao Cardeal De Zeleda

Esta carta mostra de que forma as ideias do Iluminismo minaram a autoridade da Igreja Católica.

Em 1785, o Papa Pio VI nomeou Giovanni Filippo Gallarati Scotti (1747-1819) como Inquisidor de Malta. Gallarati Scotti discutiu interminavelmente com o Grão-Mestre De Rohan durante a sua estadia em Malta (1785-1793) pois as questões de jurisdição eram comuns. A sua carta de 1792 dá-nos uma visão vívida da mudança de estatuto da Igreja Católica no alvorecer da Era Moderna.

O objeto da sua carta (ao Cardeal Francesco Saverio De Zeleda) é Giovanni Nicolò Muscat, o Uditore ou Advogado Geral do Grão Mestre De Rohan (1727-1795). Nascido de origens humildes, Mascate era um advogado bastante capaz que se esforçou por impulsionar a agenda do Grão-Mestre e desafiar o sistema há muito estabelecido pelo qual os Soberanos estavam sujeitos ao Papa.

Ele acreditava firmemente na opinião de Voltaire de que o Despotismo Iluminado era necessário para

reforçar o poder dos soberanos em todos os assuntos, para promover o bem-estar social e a estabilidade política. O Iluminismo em Malta, tal como na Europa Central, trazia ideias que favoreciam os Monarcas e os Grandes Mestres, que colidiam com a autoridade da Igreja Católica; os seus bispos e inquisidores tinham os seus próprios tribunais, direitos superiores através da censura e detinham o monopólio da educação.

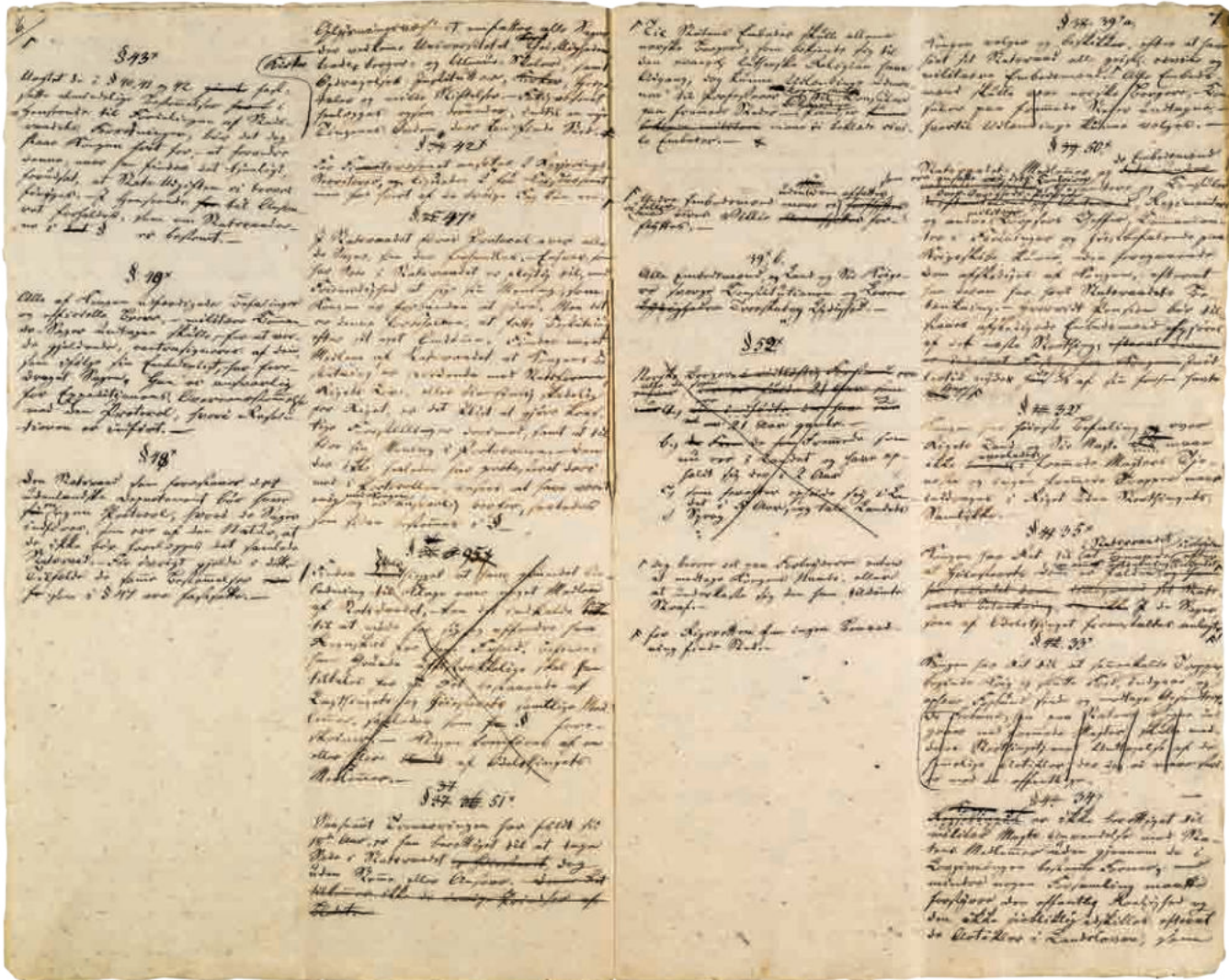
Giovanni Nicolò Muscat - já acusado de fazer parte da Maçonaria por parte do tribunal da Inquisição alguns anos antes - é agora descrito pelo Inquisidor Scotti, como tendo proferido publicamente “expressões indecentes” (*“indecent espressioni”*). É acusado de dizer que a era do poder da Igreja acabou (*“non e’ più il secolo della Chiesa”*) e que deixaria o bispo apenas com o seu bastão e mitra pastoral (*“voglio lasciar il vescovo con il pastorale e la mitra”*), afirmando assim a sua crença de que o poder dos Soberanos Iluminados deveria substituir o da Igreja.

Carta de D. Gallarati Scotti ao Cardeal De Zeleda, 31-03-1792, Malta

1 folha, manuscrito sobre papel; 44,6 x 29,2 cm

Arquivos da Catedral (Malta)

Código de referência: AIM Corr 102, ff 16



Constituição Norueguesa 1814 - Primeiro rascunho, 05-1814, Eidsvoll (Noruega)

20 páginas, manuscrito sobre papel; 22 x 31 cm

Arquivos Nacionais da Noruega

Código de referência: EA-4029/Ga/L0009A/0009/0002

Constituição Norueguesa 1814

A Constituição norueguesa foi assinada em Eidsvoll, a 17 de Maio de 1814. Uma das constituições mais radicais da Europa da altura, foi inspirada por ideias iluministas como a liberdade política e os direitos humanos universais, partilhando a ideologia revolucionária das constituições americana e francesa.

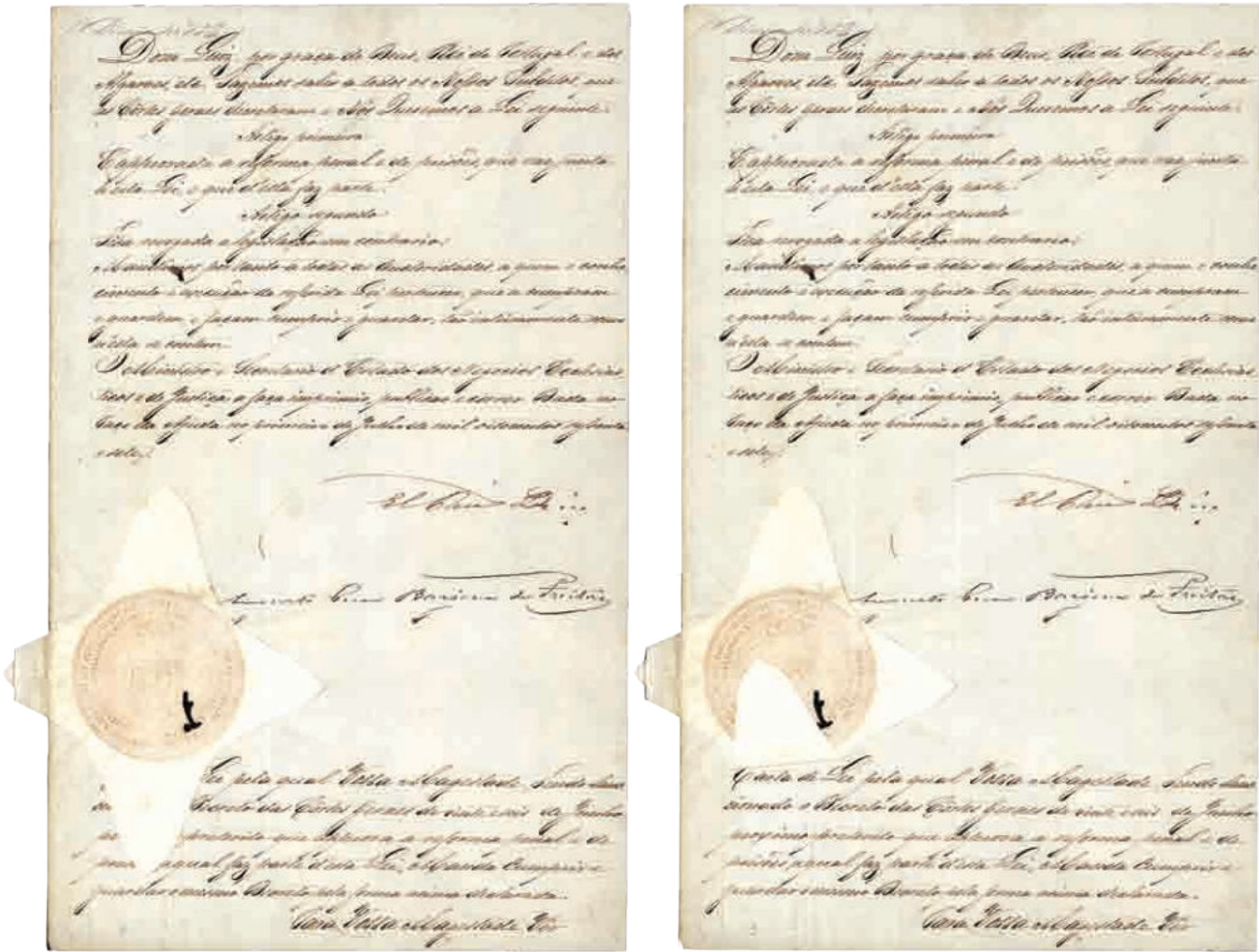
Escrita em 1787, ratificada em 1788, e em funcionamento desde 1789, a Constituição dos Estados Unidos é a mais antiga constituição democrática escrita do mundo; a efémera Constituição francesa de 1791 foi criada após o colapso da monarquia absolutista do Antigo Regime. Estas constituições são consideradas como documentos marcantes das democracias ocidentais. A 12 de Abril de 1814, a Assembleia Nacional de Eidsvoll nomeou uma Comissão Constitucional, com o mandato de elaborar uma proposta de constituição. O Comité concluiu os seus trabalhos em 26 de Abril de 1814.

A mentalidade da nova constituição rompeu fundamentalmente com os princípios da monarquia

absolutista, que tinha sido a forma de governo na Noruega de acordo com a *Lex Regia* (The King's Act) de 1665. A nova constituição, baseada nos princípios da separação de poderes e da soberania popular, começava com as seguintes frases: “*O Reino da Noruega é um reino livre, independente e indivisível. A sua forma de governo é uma monarquia limitada e hereditária*”.

Os acontecimentos de 1814 têm um lugar único na história da Noruega. A nova constituição formou a base de um Estado independente, com as suas próprias instituições, o que foi considerado muito democrático para a sua época.

O documento aqui apresentado reflete os conflitos e a luta pelo poder no seio do Comité Constitucional e da Assembleia, incluindo as discussões que ocorreram desde o primeiro projeto até à proposta final. O primeiro rascunho é escrito com tinta clara, e as alterações são acrescentadas com uma tinta mais escura. A Assembleia Nacional também fez outras alterações antes de estar concluída.



Carta de Lei que aprova a reforma penal e das prisões, com a abolição da pena de morte
15-06-1867 / 26-06-1867 / 01-07-1867, Lisboa (Portugal)

12 fólios; manuscrito em papel; 40 x 25,5 x 0,4 cm

Portugal – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de referência: PT/TT/LO/003/31/64

A Abolição da Pena de Morte em Portugal

Este documento aqui apresentado é a lei que sanciona o decreto das Cortes Gerais de 26 de junho de 1867 que aprova a reforma penal e das prisões, com abolição da pena de morte em Portugal.

Aprovada em 1867, a Carta de Lei de Abolição da Pena de Morte é uma das primeiras suspensões permanentes da pena de morte a ser codificada num sistema jurídico nacional. Portugal foi um dos primeiros países da Europa a abolir a pena de morte, retirando-a como castigo por crimes políticos em 1852, crimes civis em 1867, e todos os crimes incluindo os militares, em 1911. Os últimos enforcamentos por homicídio em Portugal tiveram lugar a 22 de Abril de 1846, em Lagos.

A lei foi apoiada internacionalmente por muitos, incluindo Victor-Marie Hugo (1802-1885), um importante escritor romântico francês. Hugo enviou uma carta ao escritor português, Brito Aranha (1833-1914) em 1867, expressando a sua alegria com a abolição da pena

de morte em Portugal. Ele escreve: “Acompanhar este progresso é dar o grande passo da civilização. A partir de agora, Portugal é o líder da Europa. Vós, portugueses, [...] em tempos estivestes à frente no Oceano; hoje, avançais na Verdade. Proclamar princípios é mais belo do que descobrir mundos”.

No século XIX e início do século XX, a pena de morte foi permanentemente abolida em San Marino (1865), Países Baixos (1870), Noruega (1905), Suécia (1921), Islândia (1928) e Suíça (1942).

As muitas tragédias da Segunda Guerra Mundial estimularam as exigências de sociedades mais humanas, o que levou muitas outras democracias da Europa Ocidental a abolir a pena de morte durante o período do pós-guerra. A Carta de Lei Portuguesa de Abolição da Pena de Morte promoveu os valores subjacentes a estas mudanças, valores que estão consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.



Direito de voto para as mulheres norueguesas, 06-1902, Oslo (Noruega)

1 fotografia a preto e branco; 15 x 12 cm

Arquivos Nacionais da Noruega

Código de referência: RA/PA-0379/U

Direito de voto para as mulheres norueguesas

Esta fotografia é de uma reunião, realizada na sala Old Ball da Universidade de Oslo entre 3 e 7 de Junho de 1902. A reunião preocupava-se com o direito de voto das mulheres norueguesas, a principal exigência do *Movimento Sufragista* desde a passagem do século.

Na fotografia, a Sra. Fredrikke Marie Qvam dirige-se ao público de aproximadamente 500 pessoas. Ela era a líder da Associação Norueguesa de Mulheres da Saúde Pública, as organizadoras do encontro. A Associação foi fundada em 1884 para salvaguardar os direitos da mulher e lutar por uma sociedade inclusiva através das atividades de voluntariado dos seus membros.

Figuras importantes por detrás da Associação incluíam Gina Krog, defensora do voto e política de esquerda, e Hagbart Berner, representante parlamentar do partido liberal de esquerda, que apoiou as causas das mulheres no Parlamento. Ele esteve por detrás do projeto de lei que deu às mulheres o direito de estudar na Universidade. A Associação lutava também por outras causas, tais como a melhoria da educação e rendimentos das mulheres, a prevenção da violência

contra as mulheres e o aumento da sua influência política. Depois de o direito de voto das mulheres nas eleições nacionais ter sido alcançado em 1913, elas trabalharam para melhorar a sua participação política e para uma maior igualdade de género na escola, educação e vida profissional.

A Noruega foi um dos primeiros países do mundo a introduzir o direito de voto das mulheres nas eleições nacionais. A Nova Zelândia foi o primeiro país, em 1893. A Finlândia foi o único país da Europa a fazê-lo antes da Noruega, em 1906; a Dinamarca introduziu o sufrágio feminino em 1915, tendo muitos outros países seguido o exemplo nos anos por volta do final da Primeira Guerra Mundial.

As Nações Unidas apoiaram a introdução do direito de voto das mulheres após a Segunda Guerra Mundial. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979) definiu-a como um direito básico dentro dos seus 189 países membros.

A Magyar Nemzeti Levéltár
Baranya Megyei Levéltára
tulajdona

III

C O N T E N T S

PREFACE	IV
<u>I. COUDENHOVE AND THE PANEUROPEAN UNION</u>	1
WHAT "PAN-EUROPE" MEANS?	1
WHO IS COUDENHOVE?	1
WHAT IS THE "PANEUROPEAN UNION"?	1
<u>II. THE PROGRAMME OF THE PANEUROPEAN UNION.</u>	3
A CONFEDERATION BUT NOT A FEDERAL STATE.	3
WHICH ARE THE THREE MOTIVS OF THE EUROPEAN UNION ?	5
1. The European war-menace	5
2. The Russian danger	5
3. The financial ruin	6
THE LIMITS OF PAN-EUROPE.	7
<u>III. CRITICISME OF THE PANEUROPEAN MOVEMENT.</u>	9
IMPORTANCE OF P.E.	9
PAN-EUROPE AND THE LEAGUE OF NATIONS.	10
PAN-EUROPE AND THE NATIONAL IDEA.	12
Pan-Europe and the State-Frontiers	13
Pan-Europe and the defense of the Minorities	15
Pan-Europe and the right of self-determination	16
The Presidents words	17
PAN-EUROPE AND THE ECONOMICAL PROBLEMS	19
<u>IV. END CONCLUSION.</u>	21
BIBLIOGRAPHY	23

O Movimento Pan-Europeu

Este manuscrito dá-nos um vislumbre do primeiro *Congresso Pan-Europeu*, realizado em Viena em 1926.

Escrito nesse ano em inglês pelo advogado húngaro Ferenc Faluhelyi, avalia as ideias da União Pan-Europeia e as ações do seu fundador, Richard von Coudenhove-Kalergi. O autor analisa criticamente o *Movimento Pan-Europeu*, refletindo sobre a relação entre a Pan-Europa e a Liga das Nações, contrastando ao mesmo tempo sobre as ideias pan-europeias e nacionais.

Ferenc Faluhelyi (1886-1944) foi advogado, professor universitário privado de Direito Internacional e reitor na Universidade Erzsébet em Pécs entre 1922 e 1944. O seu trabalho levou à fundação do Instituto das Minorias da Universidade de Pécs em 1936, que, sob a sua direção, tratou a situação das minorias que vivem na Hungria e da minoria húngara que vive nos estados vizinhos. A sua avaliação do *Movimento Pan-Europeu* inclui também as suas opiniões e perspetivas.

O nascimento do *Movimento Pan-Europeu* pode ser rastreado até ao mundo étnica e linguisticamente diverso da Europa Central dos anos 20. Foi presumivelmente influenciado pelos conflitos históricos que surgiram a partir deste caldeirão étnico.

Richard von Coudenhove-Kalergi (1894-1972), fundador do *Movimento Pan-Europeu*, político e filósofo, foi o

produto de um ambiente multicultural. O seu pai era um diplomata austro-húngaro e um conde boémio, a sua mãe japonesa era filha de um comerciante de petróleo, antiquário e grande proprietário de terras de Tóquio. Após o colapso da monarquia austro-húngara, tornou-se cidadão checoslovaco em 1919 e, em 1939, adquiriu a cidadania francesa. Publicou o seu primeiro livro em 1923, *Pan-Europa*, que continha um formulário de adesão ao Movimento Pan-Europeu. O movimento realizou o seu primeiro Congresso em 1926, em Viena. O Pan-Europeísmo que ele defendia é um exemplo precoce dos movimentos de unificação europeus. De facto, Coudenhove é considerado como um pioneiro da integração europeia e foi o presidente fundador da União Pan-Europeia durante 49 anos.

A organização era amplamente conhecida na Europa Central e de Leste devido ao seu papel na organização do Piquenique Pan-Europeu, um evento importante durante as Revoluções da Europa Central e de Leste de 1989. A abertura da fronteira entre a Áustria e a Hungria, separando o mundo democrático e comunista no Piquenique Pan-Europeu, desencadeou uma reação em cadeia que culminou na democratização da Europa Central e de Leste, juntamente com a reunificação política e simbólica da Europa.

“O que podemos esperar do Movimento Pan-Europeu?”, 18-03-1928, Pécs (Hungria)

27 páginas de papel datilografado; 34 x 21 cm

Arquivos do Condado de Baranya do Arquivo Nacional da Hungria

Código de referência: HU-MNL-BaML – XIV – 20/b – 38.4

CATÁLOGO CRÉDITOS

ORGANIZAÇÃO

Arquivos Nacionais da Hungria.

COORDENAÇÃO

Arquivos Nacionais da Hungria e Arquivos Nacionais de Malta.

EM COLABORAÇÃO COM

Arquivos Estatais de Espanha; Arquivos Nacionais da Noruega; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal; Centro Internacional de Pesquisa Arquivística: ÍCARUS e Universidade Tecnológica de Munster (MTU).

HISTORIADOR

György Majtényi PhD, Dr. Habil.

DESIGN

Christina Pinkaow, Universidade Tecnológica de Munster (MTU)

IMPRESSÃO

Portugal

Grafisol, Edições e Papelarias, Lda. | Abrunheira, Sintra
Depósito Legal n.º 488949/21

DOCUMENTOS CEDIDOS POR

Hungria: Arquivos do Condado de Baranya dos Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos do Condado de Győr-Moson-Sopron dos Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos do Condado de Heves dos Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos do Condado de Vas dos Arquivos Nacionais da Hungria.

ÍCARUS Network: Arquivos Nacionais da República Checa e Arquivos Nacionais da Finlândia.

Malta: Arquivos da Catedral; Património de Malta; Arquivos Nacionais de Malta; Biblioteca Nacional de Malta; Arquivos Notariais de Malta.

Noruega: Arquivos Nacionais da Noruega; Arquivos Nacionais da Noruega – Arquivo Regional de Estado de Bergen; Arquivos Nacionais da Noruega – Arquivo Regional de Estado de Oslo; Arquivos Nacionais da Noruega – Arquivo Regional de Estado de Stavanger; Museu da Artic University da Noruega; Museu de Cultura e História da Oslo University; Biblioteca Nacional da Noruega.

Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Espanha: Arquivos Estatais de Espanha – Arquivo da Coroa de Aragão; Arquivos Estatais de Espanha – Arquivo da Nobreza; Arquivos Estatais de Espanha e Arquivo Geral de Simancas.

NOTA: As legendas das imagens dos documentos são da responsabilidade de cada um dos arquivos identificados.

TRADUTORES E OUTROS COLABORADORES

Áustria: Karl Heinz, Caroline Maximoff, Gabi Rudinger, Katja Staudigl (ICARUS).

Hungria: Ágnes Nemes L.; Andrea Farkas; Anikó Lukács-Berkesi; Anikó Schmidt, PhD; Anita Dominkovitsné Szakács; Attila Bösz; Balázs Kántás, PhD; Dorottya Szabó; Dorottya Szlabey; Enikő Török, PhD; Erika Czikkelyné Nagy; Eszter Kovács; Éva Kocsis; Éva

Künstlerné Virág; Ferenc Pál, PhD; Gábor Török; Gergő Paukovics; Ildikó Szerényi; Imre Gábor Nagy; Judit Borsy; Krisztina Kulcsár, PhD; Máté Varga; Melinda Kovács, PhD; Mihály Kurecskó; Miklós Melega, PhD; Miklósné Polán; Péter Dominkovits; Péter Kóta, PhD; Péter Samu; Szilvia Varga; Tamás Antal; Zoltán Szatucsek; Zsolt Bajzik; Zsuzsanna Lantos

Irlanda: Pat Fitzpatrick (revisor).

Malta: Rita Vella Brincat; Francesco Pio Attard; Leonard Callus.

Noruega: Anette Alsvik; Kristine Bjørge; Ole Gausdal; Unni Løkkebø; Hugo Johansen; Yngve Nedrebø; Hanne Karin Sandvik; Tor Weidling; Synnøve Østebø; **Museu de Oslo:** Vidar H. Skuseth; **Biblioteca Nacional:** Guro Tangvald.

Portugal: Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas: Silvestre Lacerda (Diretor-Geral); Anabela Ribeiro (Chefe de Divisão de Avaliação e Produção de Conteúdos Digitais); Carla Lobo; Luis Sá; Rui Pires; Teresa Araújo; Rosa Azevedo (Chefe de Divisão do Tratamento Técnico, Documentação e Aquisições); Ana Lopes; Fátima O'Ramos; Fernando Costa; Filomena Carvalho; Isabel Abecassis; Joana Braga; Paulo Leme; Teresa Tremeceiro; Paulo Tremeceiro (Chefe de Divisão de Comunicação e Acesso); Adelaide Proença; Odete Martins; José Furtado (Chefe de Divisão de Sistemas de Informação, Estatística e Qualidade); Ana Madeira, António Garção; Maria dos Remédios Amaral; Maria Trindade Serralheiro; Sónia Jacques.

Espanha: Subdiretoria Geral dos Arquivos do Estado Espanhol: Hernández Vicente, Severiano (Subdirector Geral); Díaz Martínez, Cristina (Chefe da Área de Relações Institucionais); Bermejo Alonso, Miguel Ángel; Lerma Rueda, Antonio; Mateos Salamanca, Carmen; Muriel Hernández, Santiago; Pedraza Muñoz, Montserrat and Villanueva Toledo, Josefa. **Arquivo da Coroa de Aragão:** López Rodríguez, Carlos (Diretor); Canellas Anoz, Beatriz; Rodríguez Olivares, María Luz e Torra Pérez, Alberto. **Arquivo Histórico da Nobreza:** Lafuente Urien, Aránzazu (Diretor); Serrano Rodríguez, Eugenio. **Arquivo Histórico Nacional:** Romero Fernandez-Pacheco, Juan Ramón (Diretor); Adrados Villar, Esperanza; Alfonso Alonso-Muñoyerro, Belén; Clares Molero, José Luis; García del Real Marco, Berta e López Cuadrado, Ana María. **Arquivo Geral de Simancas:** Rodríguez de Diego, Julia (Diretor)); Burrieza Mateos, José María; Pérez Melero, Joaquín e Sánchez Marchán, Agustín. Traduções TRIDIOM S.L.



Co-funded by the
Creative Europe Programme
of the European Union



ARKIVVERKET

Junta-te a nós para descobrir os tesouros
guardados nos arquivos europeus

www.digitaltreasures.eu

